



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 70ª  
(SEPTUAGÉSIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 445, DE 2015, QUE  
“DISPÕE SOBRE SONS E RUÍDOS, FIXA NÍVEIS E HORÁRIOS EM  
QUE SERÁ PERMITIDA A EMISSÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”  
DE 25 de AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	2

das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 67ª Sessão Ordinária;
- Ata da 68ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.910, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 25 de agosto de 2016, fica transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 445, de 2015, que dispõe sobre sons e ruídos, fixa níveis e horários em que será permitida a emissão e dá outras providências.

Convido o Deputado Ricardo Vale para presidir os trabalhos da Comissão Geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – A Presidência vai suspender os trabalhos, convidando Sras. e Srs. Deputados como também todos os convidados a participarem desta comissão no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h21min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Reiniciamos os nossos trabalhos ao dar boas-vindas a todos os presentes.

Tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 445, de 2015, que “dispõe sobre sons e ruídos, fixa níveis e horários em que será permitida a sua emissão, e dá outras providências.”

Para tomar assento à Mesa, vou aguardar aqui um pouquinho, porque só cabem nove aqui, mas algumas autoridades me pedirem para falar, como o Secretário André; esse pessoal que tem outros compromissos a gente coloca para falar, e já chama em seguida os outros dois.

Convido o Gerente de Produção Sonora do Instituto Brasília Ambiental, Sr. Marcos Vinicius Felix, representando a Presidente Jane Maria Vilas Boas; o Exmo. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Sr. Guilherme Reis; o Exmo. Secretário de Estado de Turismo do Distrito Federal, Sr. Jaime Recena; o Coordenador da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública – SIOSP, Tenente-Coronel Vasconcelos, representando a Secretaria de Segurança do Distrito Federal; o Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – Sindhobar, Sr. Jael Antônio Silva; o Presidente do Sindicato dos Músicos do Distrito Federal, Sr. Lourin Roosevelt; o Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Sr. Rodrigo Freire – só cabe mais um aqui, então, eu vou seguir a ordem aqui, gente –; o representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM, Sr. Engels Espíritos. (Palmas).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	3

Vou dizer ao Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sr. José Daldegan Júnior, e ao representante do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Sr. Rênio Quintas, que já, já, a gente traz vocês para cá.

Pessoal... O André eu já convidei? Faltou o André. Vou convidar ao Sr. André Lima, Secretário do Meio Ambiente, para se sentar aqui também. Houve uma falha aqui. Na verdade, são quatorze pessoas.

A gente vai, inclusive, passar a palavra ao André, primeiramente, mas antes disso, eu queria agradecer as presenças de todos vocês. Acho que é mais um momento importante nessa longa trajetória em que a gente vem discutindo a possibilidade de alteração dessa Lei do Silêncio aqui no Distrito Federal. Essa lei foi promulgada em 2011, já tem cinco anos, e é uma discussão bastante polêmica aqui na nossa cidade. A gente vem travando uma batalha aqui na Câmara, juntamente com outros Deputados, ao longo de mais um ano, por esse projeto de lei para alterar a lei. A gente tem sentido dentro da própria Casa, como em todos os lugares, a preocupação que a população tem. Em vez de apresentar uma lei que possa resolver essa questão dos ruídos, do barulho, a gente altere para aumentar.

Desde o início, quando fui provocado, procurado por pessoas da área de cultura, pelo pessoal do sindicato dos bares, por músicos e artistas, muita gente desta cidade dizia que a lei atual estava prejudicando muito as pessoas. Quando bati o olho nessa lei atual, que eu não conhecia, vi que ela precisava ser alterada por três motivos – que estão na própria lei –, os quais considero extremamente importantes. O primeiro são os limites. Não vou nem falar das áreas, mas dos limites que a lei aprovada nesta Casa propõe: 40 decibéis em áreas de sítios e fazendas; 50 decibéis em áreas residenciais, urbana; 55 decibéis em área mista; 60 decibéis em área comercial; em área residencial urbana, de hospitais, enfim, o máximo de decibéis permitido nessa lei são 70 decibéis, em área predominantemente industrial.

Ora, só a conversa entre duas pessoas – estou com o decibelímetro neste exato momento, sem nenhuma música aqui – já dá um valor acima disso. Como pode ter música, seja mecânica, seja ao vivo, em um show, com um limite como esse? Foi o primeiro erro que vi nessa lei. Acho – não acho, tenho certeza – que fizeram esses índices para esses decibéis chegarem à casa das pessoas, e não o índice de emissão. Foi o primeiro erro que constatei. É impossível ter música, som, culto. Inclusive, quando eu falo aqui, já está marcando setenta e poucos decibéis. Portanto, se o Ibram quiser autuar a Casa, já pode fazer, porque estou fora da lei, de acordo com isso aqui. É preciso ter bom senso para debater isso.

O segundo problema, a segunda coisa que eu constatei na própria lei é o seguinte: a poluição sonora, a partir de 80 decibéis, pode provocar uma série de doenças, uma série de problemas de saúde, dependendo do tempo de exposição a esses sons, a esses ruídos. A própria lei fala acima de 80 decibéis. Se não me engano, está aqui: depois de oito horas, se ficarmos expostos a um limite como esse, começam os problemas de saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	4

A própria lei diz que, depois de dois anos, ela deveria ser revista. Já passaram cinco anos. Ela foi promulgada em 2011. Ela é de 2008, mas foi promulgada em 2011. Ela já tem cinco anos, e a gente deveria ter feito esse debate lá atrás. Talvez, se tivéssemos feito isso lá atrás, teríamos corrigido isso e hoje não estaríamos passando por tantos problemas.

Por último, outra questão que considero extremamente importante – busquei dados junto ao sindicato dos empregados do comércio hoteleiro, restaurantes, bares – é essa questão social. Muita gente não dá importância para isso, mas foram fechados quase 14 mil postos de trabalhos em 2015 nesta cidade. Estamos vivendo uma crise econômica, com 14 mil postos fechados. Dados do Sindhobar: aproximadamente 2 mil empresas foram fechadas em 2015. Dados do próprio Fórum de Cultura do Distrito Federal: houve redução de 70% dos serviços de música ao vivo em bares na cidade. É um caos no setor.

Nós travamos um debate importante aqui. Fizemos audiências, conversamos com o Ministério Público, com o Governador, com secretários, com todo mundo. Convencemos muitos Deputados nesta Casa, outros ainda têm dúvidas. Conversamos também com vários prefeitos comunitários da Asa Sul e da Asa Norte e expusemos o problema. Nós temos que resolver isso, existe um problema nesta cidade. A lei é inexecutável, está prejudicando o setor cultural, precisa ser alterada porque foi mal elaborada.

Eu fico impressionado. Nós vamos colocar esse projeto em votação, foi um compromisso que eu fiz com esses setores que me procuraram. Tem que ser colocado em votação porque existe um problema. Eu percebo que muita gente tem receio, tem medo de mexer nessa lei. Alguns Deputados, em função da pressão e da organização dos prefeitos de quadras; outros setores, que eu diria mais conservadores, também têm medo e não querem, em hipótese alguma, alterar essa lei. Essa é uma lei para acabar com a música no Distrito Federal. Essa lei foi feita para acabar com a cultura, com o som em bares, ela foi feita para isso, porque é impossível.

Nós vamos colocá-la em votação nos próximos dias, há um acordo aqui na Câmara. Alguns Deputados já se convenceram de que ela tem de ser alterada, outros ainda estão em dúvida, mas já está certo – estava certo antes dessa crise toda aqui na Casa – que na semana que vem, na terça-feira, nós vamos colocar esse projeto de lei para ser votado. Eu espero que seja aprovado.

Ainda nesse espírito de diálogo, a gente tem feito reuniões importantes com vários setores. Na semana passada, estivemos com donos de bares e restaurantes, com músicos, com o pessoal de alguns movimentos, ainda estamos mexendo, estamos alterando. O governo ficou de apresentar algumas ideias, algumas propostas. Estamos abertos para fazer as alterações que forem necessárias no sentido de melhorar e modificar a lei, e à disposição principalmente dos secretários, do Estado, do GDF, para fazer esse debate se for o caso, em função do tempo, pois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	5

o projeto está previsto para ser votado na terça-feira que vem. Se houver ideias boas, algo com que contribuir, foi por isso que a gente convocou esse debate. A gente não quer impor uma nova lei, mas eu tenho convicção – não só eu, mas vários Deputados – de que a lei tem que ser revista, como eu falei para vocês. É por isso que nós estamos aqui fazendo um debate maduro.

Sei que muita gente tem receio, acha que a gente está fazendo uma coisa sem amparo legal, sem amparo técnico, mas exageraram demais nos limites. Colocaram limites impossível, inexecutáveis. Infelizmente a Jane, Presidente do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental –, não veio. Da última vez em que estive nesse debate aqui, eu a desafiei a me levar a qualquer lugar do Distrito Federal, no dia em que ela quisesse, ao local que ela escolhesse, um ano atrás, onde funcionassem os limites dessa lei.

Por isso, estou convicto de que a lei tem que ser alterada. Espero que a gente faça um bom debate hoje, de forma madura. Eu sei que algumas pessoas aqui são totalmente contrárias à mudança da lei, e eu respeito porque acho que todo cidadão tem direito a ter o seu descanso, o seu sossego. Algumas pessoas foram deselegantes comigo nas redes sociais, e havia até esses memes, como se eu estivesse falando que estou querendo tirar o sossego dos velhinhos, ou prejudicar as crianças. Isso tudo é da política, eu respeito e entendo a preocupação, mas eu jamais apresentaria uma lei para prejudicar alguém. Eu quero é resolver esse problema que existe aqui. Tenho certeza de que vamos conseguir isso, aumentando esses limites para 70 e 75 decibéis, como estamos propondo aqui.

Uma coisa muito importante, para finalizar essa primeira intervenção, é que em residência nenhuma pode chegar a limites acima de 55 decibéis – a gente fala isso aqui nessa proposta de mudança da lei. Portanto, a gente também tem o cuidado com o direito que o outro tem, o direito de não ser perturbado, de ter o seu sossego, de dormir sossegado. É isso. O debate é para isso. Fico muito feliz mais uma vez.

Agradeço a presença de todos vocês e já vou passar a palavra aqui ao Secretário de Meio Ambiente, o André, porque ele tem outros compromissos. Desde já, agradeço a sua presença, Secretário. Concedo a palavra ao Secretário André.

SR. ANDRÉ LIMA – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Na pessoa de V.Exa. eu cumprimento os demais Deputados aqui presentes.

Eu quero, primeiro, parabenizá-lo por mais essa iniciativa de diálogo a respeito dessa lei, que é uma lei que tem um certo grau de sensibilidade na sociedade. Eu me lembro – quem dos senhores e senhoras que estiveram aqui na audiência pública, mais ou menos um ano atrás vai lembrar também – de que quando eu me pronunciei a respeito desse projeto de lei em um dado momento, quando manifestei uma posição, uma parte do plenário começou a aplaudir. Eu disse: não, nós não estamos aqui para receber aplauso, porque quando um aplaude, outro váia; quando outro váia, um aplaude.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	6

O grande desafio que a gente tem não é contentar um e descontentar outro, é encontrar soluções para a cidade. Naquele momento, eu manifestei posição técnica, jurídica. Depois, inclusive, fomos pesquisar mais a respeito em outras cidades, em outros tribunais, e a gente sabe da dificuldade que é viabilizar essa alteração da lei pela alteração do padrão que o Deputado critica aqui.

O que eu quero dizer aos senhores é que seria muito fácil para mim, na condição de secretário, dizer: “Não, este é o caminho, alterar os padrões da lei.” Eu estaria agradando aos ouvidos de muitos aqui – eu sei que aqui a gente tem ouvidos bastante seletos e seletivos –, agradando muito, mas muito provavelmente induzindo a erro também. Por quê? Porque, dependendo do que se aprova nesta Casa, sai-se feliz no dia da aprovação, mas depois, se não houver veto, há questionamento judicial.

Portanto, o desafio que a gente tem aqui é encontrar uma solução que seja efetivamente consistente, válida e que vá vigorar sem questionamentos judiciais. Esse é o compromisso que a gente tem.

Em função disso, a disposição que esse governo tem de buscar solução para esse problema está representada nesta Mesa, porque bastava o governo mandar um representante aqui para falar sua posição, mas nós temos aqui o Secretário de Turismo, o Secretário de Cultura, o órgão ambiental, o Secretário de Justiça e o Secretário de Meio Ambiente. Todos dispostos ao diálogo.

Nos últimos oito meses – oito ou seis meses, eu não tenho a conta exata –, nós fizemos várias reuniões num grupo de trabalho, ouvindo todos os segmentos interessados na matéria para formar um juízo de valor e buscar soluções dentro da competência e da jurisdição do Distrito Federal, porque a questão dos parâmetros da lei – como vocês bem sabem – está definida por força de uma resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que consolidou uma norma da ABNT, que, por sua vez, usou como base um parâmetro da OMS, e isso não é uma Câmara Legislativa, uma câmara municipal que vai alterar. Esse processo tem que ser feito no Conama.

Eu, inclusive, como membro do Conama, coloco-me à disposição para a gente puxar essa conversa lá. Aqui o que a gente tem que fazer é transitar dentro dos limites que a lei permite, e é isso que o Governo do Distrito Federal tem tentado fazer. Não estamos resistentes a debater a lei, mas o que se tem são critérios para que possamos efetivamente dar condição de trabalho, de funcionamento para os estabelecimentos comerciais numa convivência pacífica, integrada com a sociedade do Entorno e com a vizinhança.

Não é uma solução fácil. Até me lembro de que usei esta expressão: “Não existe uma bala de prata.” Não vai ser um artigo da lei que vai resolver isso. Certamente, tanto o Jaime quanto o Guilherme vão falar de uma série de medidas que precisam ser adotadas para além do debate específico da lei. Nós buscamos trabalhar dentro do parâmetro da OMS, porque ela fala oito horas, sendo submetido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	7

durante oito horas seguidas a padrões acima do estabelecido. Então, estamos tentando.

O governo deve apresentar uma proposta. A gente quer fazer uma reunião mais técnica com o Deputado Ricardo Vale. Tenho conversado também com o Deputado Cláudio Abrantes, da Rede Sustentabilidade, que também é uma pessoa muito sensível à causa.

Nós estamos tentando encontrar uma modulação, dentro do parâmetro da lei, que nos permita priorizar, estabelecer exceções à regra, de forma que as exceções não se tornem regra, mas permitam condições de convivência, sobretudo naqueles estabelecimentos voltados para música ao vivo, buscando atender uma demanda fundamental, que é de todos nós.

Eu acabei de sair da Escola do Clube do Choro. Faço um curso lá toda quinta-feira, de uma hora às duas e meia. Um dos momentos de maior alegria aqui em Brasília foi ter aula com o Alencar Sete Cordas. Então, as pessoas criam um estigma de que a área ambiental é contra a cultura etc. Acho que a gente precisa superar um pouco isso, olhar para o debate de uma maneira séria e buscar, realmente, respostas e soluções viáveis e sustentáveis, não só politicamente, mas juridicamente.

Não existe, *a priori*, nenhuma posição do governo contrária a qualquer debate sobre a lei, mas depois existe a responsabilidade do Governador ao sancionar uma lei, que vai vigorar e não será questionada no dia seguinte pelo Ministério Público.

Esse é um desafio que nós temos, e não é um desafio trivial. Outros municípios que tentaram mudar padrão por leis municipais ou estaduais tiveram suas leis derrubadas no Judiciário – depois eu posso apresentar ao senhor essa lista – um parecer jurídico feito pela Secretaria de Meio Ambiente.

Então, nós temos que transitar dentro desses limites. É um limite estreito, mas a gente está com muita disposição. Depois, tanto o Guilherme quanto o Jaime vão poder apresentar em mais detalhes para vocês.

A nossa sugestão é que a gente faça uma reunião até terça-feira, Deputado Ricardo Vale, uma reunião mais técnica, para apresentar com mais detalhes essas propostas e ver se elas contemplam a necessidade de todos nós.

Muito grato. Eu estou há um mês e meio com esse evento que está começando em um minuto no Senai. Nós estamos contratando o Senai para dar um curso de montagem e manutenção de equipamentos fotovoltaicos para 150 técnicos que moram na Estrutural. Isso está sendo lançado agora, às quatro horas. Por isso, eu vou pedir licença a vocês para me ausentar, mas nós temos, praticamente, toda essa bancada aqui com gente de governo, que está aqui para um diálogo com vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	8

Nós estamos à disposição e com disposição de achar uma solução para esse desafio, que é um desafio de todos nós. Não é só de moradores, de músicos, é de toda a cidade de Brasília.

Muito grato, Deputado Ricardo Vale. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. André Lima.

Convido para sentar-se à Mesa o Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sr. José Daldegan Júnior.

À medida que a gente for abrindo espaço aqui na Mesa, a gente vai chamando as demais autoridades.

Quero registrar a presença, nesta comissão, dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Wasny de Roure.

Passo a palavra agora ao gerente de produção sonora do Instituto Brasília Ambiental, Sr. Marcos Vinicius Felix, representando a Presidente Jane Maria Vilas Boas.

SR. MARCOS VINICIUS FELIX – Boa tarde, Deputado Ricardo Vale. Boa tarde, demais presentes. Como o Secretário de Meio Ambiente disse, é muito bom a gente ver mesmo a população buscando discutir essa reformulação da lei, um anseio que vem das duas pontas, tanto de empresários quanto da sociedade.

Eu diria que, neste momento, o papel do Ibram seria até o mais fácil, porque nós somos, simplesmente, órgão de uma política pública de execução. Temos uma lei. Então, nós temos que trabalhar de acordo com essa lei, com o que essa lei determina.

Como órgão de execução, como fiscais que somos, buscamos a adequação e a aplicação dessa lei. A questão da poluição sonora afeta, querendo ou não, o meio ambiente. A princípio, há aquela visão de que meio ambiente se trata simplesmente de árvores, de água, de nascente, mas não, nós temos um ambiente artificial, que, inclusive, é descrito na Constituição Federal. O meio ambiente artificial são as cidades, e nós vivemos nas cidades. Então, é importante, Deputado, que realmente se busque um equilíbrio para que não saiam vencidos nem vencedores.

Eu queria dizer aqui que o Ibram nunca foi, em momento algum, contra música e contra músico, até mesmo porque a lei não fala disso em momento algum, ela fala de controle de poluição sonora, daquilo que vira ruído e que afeta o meio ambiente.

Então, como eu disse, eu acho que o nosso papel aqui é o mais simples. É claro que a gente espera que haja um bom senso, como o próprio Secretário disse, de todas as partes e que essa lei venha, Deputado, atender, de uma forma geral, aos anseios da sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Marcos Vinicius.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	9

Eu quero lembrar que, a partir deste momento, vamos abrir inscrições para aqueles que desejarem fazer uso da palavra após as considerações das autoridades aqui presentes. Quem assim desejar, procure a Rafaela.

Quero anunciar e agradecer a presença do nosso querido Presidente em exercício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Juarezão.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Guilherme Reis.

SR. GUILHERME REIS – Obrigado, Deputado. Boa tarde para todo mundo. Eu cumprimento o setor cultural, os representantes do governo, os representantes das diversas associações, os representantes de setores produtivos que estão aqui e parabeno o Deputado pela proposta.

Eu acho que não dá para perder mais tempo, a gente tem que trabalhar essa lei. Essa lei se tornou irreal, ela não corresponde à realidade de cada um de nós, seja quando a gente está na rua e quando a gente quer se divertir, seja quando a gente está querendo dormir.

Eu quero dizer o seguinte: o governo vem realmente tentando articular um trabalho conjunto envolvendo muitos órgãos, inicialmente provocado pela ação de fiscalização, de policiamento, de tudo que estava havendo, em um determinado momento do ano passado, na Entrequadra 408/409. Formou-se um grupo de trabalho que georreferenciou tudo aquilo ali sob o ponto de vista não só do entretenimento, muito ao contrário: quem tinha e quem não tinha alvará; quem ocupa área pública e quem não ocupa área pública; quem tem alvará para música e não executa música; quem executa música e não tem alvará para música; a questão dos estacionamentos, o impacto dos estacionamentos nas quadras; Ouvidoria; 190; reclamações, tudo. O retrato desse trabalho, muito bem feito, é que a música é o menor dos problemas e a música não era um problema.

Então, com a maior tranquilidade, eu queria abrir essa fala não só parabenizando a iniciativa, porque eu acho que é importante discutir, eu acho que é importante avançar, está na hora de avançar, mas deixando muito claro que a música é patrimônio de Brasília.

Brasília é reconhecida no Brasil e fora do Brasil pela excelência musical. Isso é ponto pacífico, a gente não tem que discutir isso. A música não é o grande problema. Inclusive, eu acho que seria importante avaliarmos, nessas estatísticas de fechamento de postos de trabalho e de fechamento de estabelecimentos, o quanto a música realmente impacta. Ficou muito claro que o ruído impacta, que a atitude do frequentador, quando há gente demais num determinado local muito próximo às residências, impacta. Isso a gente sabe na vida.

Depois desse primeiro grupo de trabalho, passamos a fazer uma análise mais técnica olhando para a legislação do mundo inteiro e do Brasil inteiro. Esse trabalho foi feito totalmente baseado no projeto de lei do Deputado Ricardo Vale. Não se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	10

inventou a roda, não. Em cima da lei atual, vigente, e do projeto de lei do Deputado, fazemos várias considerações, chegamos a várias conclusões, avançamos para várias conclusões que eu acho que são importantes.

A primeira é esta: a música é patrimônio. Então, para além do que preferimos chamar nesse momento de lei do conforto acústico, porque silêncio não há, silêncio não é objetivo de ninguém, porque ele não existe – se um passarinho canta, já não há silêncio –, para além da questão do ruído, da lei do conforto acústico, nós partimos do conceito do direito à cidade. E direito à cidade significa direito ao sossego, mas também direito ao lazer; direito a não escutar o som do outro, mas também direito à cultura e ao entretenimento. Isso tem que ser visto de uma forma equilibrada. É o direito à cidade, à ocupação da cidade, e isso é para todo mundo. Acho muito importante pensar no uso e ocupação adequados do solo. Esse debate tem que passar por uma questão urbanística. Quando vemos aquela tabela da ABNT que referenda ou que dá parâmetros praticamente para todas as leis no mundo, aquela classificação de zona rural e de zona mista não bate com Brasília. Isso tem que ser revisto.

Segundo um parecer técnico da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, é necessário tempo para se fazer isso, é necessário fazer o mapeamento do ruído, é necessário repensar, e vem o PPCUB aí pela frente. Ou seja, é um instrumento que vamos ter que trabalhar em termos urbanísticos. Se você pega uma cidade como New Orleans, onde a música não é só patrimônio, a música é a fonte de renda da cidade – é o turismo através da música –, e passa pela Bourbon Street, que é rua do jazz, a cada duas ou três quadras, há uma pequena mudança na legislação para se adequar a uma realidade daquela cidade, daquele local. Brasília precisa desse mapeamento e desse zoneamento, senão estaremos falando de uma forma genérica, e é muito diferente pensarmos o Plano Piloto de pensarmos as trinta outras cidades. Vamos ter que fazer um trabalho científico e técnico muito mais aprofundado para realmente termos uma legislação correta para o Distrito Federal.

É muito importante reforçarmos o conceito da educação para o convívio. E isso envolve as associações, os empreendedores de entretenimento, os restaurantes, os bares. Nós temos que envolver a comunidade nesse debate. Não adianta jogar simplesmente lei, limite, fiscalização e os donos dos estabelecimentos num jogo que não passa pela comunidade, não passa pelo frequentador, não passa pelo morador. Todo mundo tem que se envolver numa noção de conciliação da convivência. Ninguém é obrigado a calar a boca para o outro falar, ninguém é obrigado a fechar a janela para o outro tocar, mas todo mundo tem que estar envolvido em uma discussão de conciliação e de educação para o convívio.

Quanto à ideia do trabalho que a gente desenvolveu e que eu estou propondo aqui ao Deputado, acho muito importante que, a partir de amanhã, a gente possa fazer uma discussão técnica que envolva esse trabalho feito e o PL como está agora, para melhorá-lo. Eu acho que há como contribuir – e bastante –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	11

em certos pontos que o PL não toca. É uma discussão para a qual acho que todo mundo está aberto, a fim de melhorar ainda mais.

É muito importante a noção de que o trabalho que fizemos tem a ver com o direito à cidade. E isso significa que o importante não é punir. O importante é advertir, é chamar para conversar, é buscar conciliar. Se a coisa for reincidente, aí, sim, você vai punir, você vai multar.

Pensar em uma política de mediação e conciliação dentro do Executivo. Isso, a gente está trabalhando fortemente, além da lei. Um decreto criando uma câmara de conciliação e de mediação de conflitos. Há um problema? Antes de punir, a gente leva para a câmara. Essa câmara, necessariamente, será composta por representantes de todos os setores, inclusive o Legislativo.

Retirar o caráter de risco da música. Hoje a música é considerada risco na emissão de um alvará. Risco de poluição acústica. Então, a noção de que a música é risco já é um problemão. Isso significa discutir o alvará, a concessão do alvará.

Também nos preocupa muito a inteligência da fiscalização. Aí, entram todos os caracteres, desde o técnico, até a abordagem, como é feita, de que forma é feita, onde é feita.

Eu sei que o PL já prevê muito disso, mas há muito em que a gente pode avançar também. Bastante. A gente tem conseguido um diálogo muito positivo com a Agefis e o Ibram, porque a fiscalização obedece à lei, e a gente tem como mexer nela e facilitar o trabalho do fiscalizador, para que ele não seja o algoz da música. Com certeza, não é esse o papel que eles querem. Eles são fiscalizadores para a comunidade, para a boa convivência da comunidade.

A outra coisa que a gente está propondo são as noções das exceções. Todas as leis do Brasil têm. A lei de Salvador, por exemplo, excetua o carnaval, entre outras coisas. A gente está propondo várias exceções, para que a lei corresponda a uma realidade e, ao mesmo tempo, regule o que hoje a gente acredita que possa, sim, ser regulado, e haja um avanço nesse sentido.

O respeito ao Conama, pela experiência de várias cidades que tentaram simplesmente elevar, é perigoso, porque pode gerar ações de inconstitucionalidade que normalmente são acatadas. Então, como trabalhar a questão da OMS, do Conama, da ABNT e as modulações que são permitidas dentro das noções do conforto acústico? A gente entende que há uma margem muito grande de modulação e de exceção que se pode e deve trabalhar.

Nesse sentido, estamos trabalhando também, além da lei, em algumas... Bem, a gente está partindo da recuperação que se está fazendo e em que se pretende avançar do centro de Brasília, do Plano Piloto, em princípio – já se está trabalhando em Taguatinga também –, e que já significou bastante para o Setor Comercial Sul. O fato de se iluminar, de acender a luz, já muda o ambiente. Alguns bares já começaram a ir para lá, inclusive saindo da 408. A gente vem trabalhando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	12

no conceito da zona especial de interesse cultural, assim como há a zona especial de interesse social.

Neste momento, a gente está pensando... Isso tem que ser tecnicamente trabalhado, mas, se você pegar a parte do Conjunto Cultural da República, do Teatro Nacional, e puxar uma linha até os hotéis, toda aquela região central pode se tornar uma zona especial de interesse cultural. E, daí, vem incentivo tributário, modulações e exceções aos limites estabelecidos, horários diferenciados. Então, acho que tem uma grande margem de manobra para um avanço real no dia a dia das pessoas, tanto de quem quer dormir, como de quem trabalha com a música na noite e também do dono do empreendimento, a fim de que possamos avançar para uma legislação que – eu reputo – pode ser a mais moderna do Brasil e uma das mais modernas do mundo.

Eu gostaria de solicitar ao Deputado encontros a partir de segunda-feira, para que possamos – inclusive, a tabelinha já está pronta, como o PL, o que está sendo proposto – fazer uma rápida checagem de onde podemos avançar juntos. Eu acho que é o momento de moradores e empreendedores entenderem que podem fazer um trabalho conjunto, de educação, de convivência, e está na hora de avançarmos.

É essa a postura que temos adotado neste grupo de trabalho: Sema, Setur, Secult, Casa Civil. Todos os órgãos envolvidos estão trabalhando intensamente nisso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Secretário Guilherme Reis.

Quero anunciar a presença do Deputado Lira e do Deputado Agaciel Maia e dizer o seguinte, Guilherme: tanto o André, quanto você – acho que o Jaiminho também... o Secretário de Turismo vai propor que a gente faça um diálogo, que a gente debata mais um pouco sobre a alteração da lei. Eu já digo que vou acatar, não vou colocar o projeto para ser votado na terça-feira, mas quero dizer que já temos um ano e sete meses de Governo Rodrigo Rollemberg e faz um ano e sete meses que eu espero vocês. Enquanto isso, os bares estão sendo fechados, os músicos estão sem emprego, vários garçons, quem trabalha na noite está desempregado. Assim, não dá mais!

Este governo – evidentemente, o Ibram – é que foi mais radical na execução dessa lei. Foi em 2015 que realmente toda essa crise no setor se aprofundou. E nós não temos mais condições. Eu falo nós, porque todo esse segmento não tem mais condições de ficar nessa situação. Então, eu gostaria de pedir que fizéssemos, de fato, uma ação conjunta e rápida. Rápida, porque não tem mais sentido ficarmos nessa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	13

Sei que você terá de sair daqui a pouco – o André já saiu –, e quero dizer que queremos resolver essa situação. Sei que você tem boas ideias, nós já tínhamos conversado, enfim, vamos trabalhar, sim.

Vou passar a palavra ao nosso Secretário de Turismo, Sr. Jaime Recena.

SR. JAIME RECENA – Boa tarde a todos e a todas. Obrigado, amigo e Deputado Ricardo Vale. Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa de convocar esta reunião e debater esse tema. Na minha opinião, há muito tempo a cidade vem pedindo este debate.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Agaciel Maia e cumprimentá-lo. Cumprimentar também o Deputado Prof. Reginaldo Veras; o Deputado Lira; o meu amigo e vizinho Deputado Wasny de Roure. Quero aqui cumprimentar o Coronel Vasconcelos, que, à frente da Secretaria de Segurança Pública, na área de eventos, tem dado um apoio muito grande a esse setor. Cumprimento o Jael, Presidente do Sindhobar; o Rodrigo Freire, Presidente da Abrasel; o Dr. Ataíde, representando aqui a Fecomércio; todos os companheiros da Mesa; o Secretário Guilherme Reis; o Secretário André Lima, que já saiu; o maestro Rênio Quintas e todos os músicos presentes na figura do maestro. Cumprimento o meu amigo garçom Pereira e, na pessoa dele, também todos os trabalhadores do setor de bares e restaurantes que estão presentes apoiando este momento. (Palmas.)

Quero começar, Guila, dizendo que você, na sua fala, citou uma coisa muito importante: que a música é patrimônio cultural da nossa cidade, que a música é patrimônio de Brasília. Eu quero dizer que a gastronomia da nossa cidade também é patrimônio, que os bares e restaurantes também são patrimônio desta cidade em que a gente vive. Brasília hoje é o terceiro polo gastronômico do País. Isso não se fez do dia para a noite. Isso se fez com 25 anos de carreira do Pereira, que está ali, com 15 anos de carreira do Mauro, que está ali, com 20 anos de empreendimento do Tales, que está ali, que é empreendedor do setor, enfim, de toda essa turma que está aqui representada. É por causa disso que Brasília hoje recebe mais turistas, tem mais espaço no segmento nacional e tem conquistado a sua importância, inclusive exportando sua gastronomia para fora do nosso estado.

Então, Deputado Ricardo Vale, o debate dessa lei é um debate importante porque ele está atingindo hoje diretamente um setor, um setor que é extremamente importante para o turismo da cidade, que é extremamente importante para a cidade. Às vezes, a gente debate e, no próprio âmbito das discussões, a gente percebe que existe uma intolerância muito grande daquele morador, daquela pessoa que está perto, que mora perto daquele estabelecimento e, no entanto, é frequentador e gera o mesmo tipo de ruído num bar ou num restaurante de outra quadra e tem pouca flexibilidade para aqueles estabelecimentos que estão na sua proximidade.

É muito comum ver as pessoas em Brasília criticarem os estabelecimentos que estão próximos, mas mal eles sabem que, antes de aqueles estabelecimentos se estabelecerem ali, havia ali um índice de violência altíssimo, um ponto de distribuição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	14

de droga, enfim, uma série de outras coisas que, por condição de ser uma rua mais movimentada, com mais estabelecimentos, principalmente de bares e restaurantes, você passa a não ter mais esses índices de violência. Então isso tudo tem que ser levado também em consideração.

Eu acho que é o momento. A gente chega a um momento em que o governo conseguiu avançar, Deputado Ricardo Vale, e hoje tem condição de sentar de forma rápida. Eu acho que o seu pleito é justo, a gente precisa sim se sentar de forma rápida para debater esse assunto. Esse assunto já está há muito tempo sendo discutido na Câmara e junto à sociedade. Então é o momento de a gente entender quais são as propostas que o governo tem para agregar a esse projeto e em que a gente pode evoluir.

No âmbito do estudo que foi realizado pelo governo, foram ouvidos todos os segmentos, sejam eles de moradores, sejam eles de empreendedores, de músicos. O debate aqui, na Câmara Legislativa, foi amplo e permitiu que todos os atores envolvidos pudessem dar as suas contribuições. Eu acho que agora a gente tem um material com bastante subsídio para avançar e de fato propor uma lei que, como disse o Secretário de Cultura, pode revolucionar o Brasil e que vai atender os interesses tanto daquelas pessoas que precisam empreender, os músicos que precisam trabalhar, quanto os garçons e também aquelas pessoas que procuram o sossego, procuram o descanso, e claro, querem razoabilidade no funcionamento de todo esse setor, que é um setor importante da cidade, o setor de entretenimento.

Ninguém está propondo aqui – muito menos o projeto de lei e o estudo do governo – que a gente tenha um oba-oba na cidade, que os ruídos possam ser permitidos horas adentro na madrugada ou criar qualquer tipo de conflito de interesse com o morador. Muito pelo contrário, a gente sabe que aquele empreendimento comercial, bar ou restaurante, o próprio músico que trabalha ou exerce a sua função naquele estabelecimento, o primeiro cliente que ele quer é o cliente que mora perto, porque é muito mais fácil. Ele não depende de trânsito, ele não depende de estacionamento. Esse é o primeiro cliente que o dono de bar deseja e para quem o músico quer tocar. A gente vive nesta cidade, esta cidade que pode permitir, sim, que as pessoas saiam das suas quadras, caminhem duzentos metros e cheguem a um estabelecimento com condições corretas para oferecer aos clientes.

Então, acho que nós temos aqui interesses que podem, sim, convergir. É claro que, para que eles convirjam, é necessário que todos os lados possam ceder um pouco para que a gente chegue, sim, ao avanço. E eu entendo que o avanço é a mudança dessa lei atual, porque hoje ela tem gerado muitos problemas tanto na forma como é feita a fiscalização, quanto na forma de punição dos atores envolvidos e não tem solucionado o problema para quem reclama.

Então, acho que, com esses avanços que o grupo do governo encaminhou e trabalhou nesses meses todos, temos material importante para, junto com o projeto de lei proposto aqui, poder avançar. E a minha sugestão é que a gente possa tocar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	15

essa agenda durante a semana que vem, e depois o senhor fica à vontade para apresentar.

Então, é isso, desejo um bom trabalho a todos nessa tarde.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Jaiminho.

Vamos colocar uma mulher nesta Mesa. Convido para tomar assento à Mesa a Sra. Fernanda Pacini, representante do Movimento Quem Desligou o Som? Daqui a pouco, o Rênio, o Rodrigo e o Elesbão estarão aqui com a gente. Eles serão os últimos a falar.

Concedo a palavra, seguindo a orientação do cerimonial, à Sra. Fernanda Pacini, representante do Movimento Quem Desligou o Som?

SRA. FERNANDA PACINI – Boa tarde a todos e todas, quero agradecer novamente ao Deputado Ricardo Vale por mais um espaço de discussão. Eu resolvi vir aqui contar um pouco o histórico de como esse PL foi construído.

Em 2014, em mais uma das interdições do Balaio, foi publicada uma postagem no Facebook que dizia o seguinte: "No andamento em que estamos, chegará uma hora em que não haverá mais locais para expressão e fruição artística e musical na cidade. Quantos bares e cafés fechados, multados, advertidos em função da execução da música de altíssima qualidade em seus estabelecimentos? Curioso que, na III Conferência de Cultura do Distrito Federal, foi extremamente discutida a importância de espaços culturais, a ausência de locais para apresentações artísticas dentro do DF e diversas questões do tipo. Quando os bares, cafés, restaurantes contratam músicos e cedem seus espaços como palco para a música de Brasília, a Agefis, o Ibram e outros órgãos distritais agem no intuito de boicotar – entre aspas – a expressão musical no DF. Melhor não pensar que é um boicote e sim uma ignorância desses órgãos sobre a importância da música nesses estabelecimentos. Não seria hora de a Secult e esses órgãos negociarem a difusão da música brasiliense dentro do próprio DF?"

Enfim, ele segue e depois faz um pequeno levantamento: "Senhoritas Café: multado, sem música; Café da Rua 8: multado, fechado; Paradiso Cine Bar: advertido, multado; Pinella: advertido com liberação para música ao vivo após criar um sistema de bloqueio de som que deve montar diariamente; Balaio: multado, interditado; Tartaruga Lanches: advertido, multado, fechado, trocado de lugar e traumatizado a ponto de nunca mais querer música ao vivo; Vila Madá", enfim, entre outros.

Depois dessa postagem, a gente decidiu fazer uma reunião, que foi feita no Senhoritas Café, e ali a gente começou a fazer várias reuniões públicas, abertas para discutir o que estava acontecendo no DF. Quando o Tartarugas Lanches foi fechado, foi feito um abaixo-assinado com todos os moradores da região, todos apoiando a permanência, mas um morador não queria a existência daquele estabelecimento com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	16

música, e esse um morador conseguiu. A mesma coisa quando o Senhorias Café foi multado em 40 mil, o Café da Rua 8 e assim por diante.

Nas reuniões, a gente foi discutindo e chegou à conclusão: espere aí, uma lei está sendo utilizada para fechar esses estabelecimentos, a Lei nº 4.092 de 2008. Então, começamos a estudar as leis de silêncio no Brasil e no mundo: Rio de Janeiro, Salvador, Paris, Nova Iorque. E aí, a partir disso, fizemos um projeto de lei nos baseando em todas as regulamentações que existiam e chamamos as pessoas para as reuniões. A essas reuniões foram o então Deputado Gim Argello, o então Senador Rollemberg, o Rôney Nemer, o Prof. Israel, o Cláudio Abrantes, os assessores do Reguffe. Eles foram às reuniões, leram o projeto de lei, todos eles o aprovaram e disseram que iam lutar por isso, que precisava realmente ser mudado, que não dava para a situação continuar desse jeito.

Foi feita uma audiência pública, se não me engano no dia 1º de abril de 2014. Antes da audiência, a Deputada Liliane Roriz protocolou esse projeto de lei que a gente tinha escrito. Depois da audiência pública, os Deputados da época decidiram retirar o projeto de lei porque iam protocolar todos juntos, iam fazer um protocolo conjunto. Isso foi para a mão do Cláudio Abrantes, ficou parado com ele, e veio a campanha política.

Durante a campanha, o Thiago Jarjour, o Jaime Recena, o Rollemberg, o Rafael Lima, diversos deputados utilizaram a proposta da alteração da Lei do Silêncio como ponto principal de suas campanhas.

O então Senador Rollemberg, inclusive, fez uma fala lindíssima no Senado na época, defendendo a importância de mudar, de alterar a Lei do Silêncio, dizendo o quanto isso estava ferindo o empreendedorismo, o direito ao trabalho, o direito à cidade e a valorização da cultura na cidade.

Chega 2015, o Rollemberg é eleito Governador, diversas pessoas que fizeram campanha política defendendo a alteração da Lei do Silêncio se tornam secretários – de empreendedorismo, de turismo –, e mais uma vez um bar é interditado, multado na véspera de um feriado, quando, sim, havia vários eventos programados para acontecerem ali.

A gente entrou em contato de novo com Deputados. O Deputado Lira entrou em contato com a gente, começou uma conversa para pegar o projeto de lei e protocolar. O Ricardo Vale, também depois de algumas conversas, pegou o projeto, levou-o para os consultores legislativos da Câmara, fez uma avaliação, levou-o para os consultores jurídicos, fez uma avaliação, retirou alguns pontos que de fato podiam ser inconstitucionais, enfim, abraçou esse projeto de lei e segue abraçando até hoje.

E eu já lhe digo, Ricardo, que não dá mais para esperar, a gente já não tem mais fôlego. (Palmas.)

O que a gente percebeu, quando estava estudando e discutindo isso, é que a Lei nº 4.092 é impossível de ser cumprida, ninguém consegue cumprir! Quando uma





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	17

lei é impossível de ser cumprida, fica a cargo do fiscal multar ou não multar, interditar ou não interditar. Ninguém consegue – 60 decibéis a 1 metro e 20 da fonte equivale à nossa conversa aqui. Não existe uma regulamentação. A própria Lei nº 4.092 diz que a cada dois anos ela tem que ser revista, o que nunca aconteceu.

Acho muito interessante que sempre se discute que se trata de um FlaxFlu, que não tem meio-termo, que as pessoas não se escutam, que vocês não nos escutam, que não sei o quê, e fica essa discussão. Só que o meio-termo existe, e o meio-termo é o PL nº 445. Ali, se a gente estuda com calma, o que acontece? A gente tira alguns pontos que são problemáticos na lei hoje em dia, por exemplo, o anonimato. E prestem atenção, pois anonimato é diferente de sigilo.

Hoje em dia uma pessoa que mora em Taguatinga pode reclamar de um bar na 408, pode ficar ali reclamando ao Ibram até que ele vá lá e multe. Isso é possível, qualquer um pode fazer uma denúncia, o Ibram não tem como saber de onde é a reclamação. Uma pessoa que quer um estabelecimento – “Ah, aquele estabelecimento tem um ponto muito interessante, vamos fazer ele fechar as portas porque eu consigo comprar ele por um preço baixo, comprar o ponto por um preço baixo” – fica ali batendo no ponto até que consegue. E isso aconteceu em vários lugares, temos registro disso.

Ela tira o anonimato porque a medição teria que ser feita na fonte do reclamante. Isso é uma coisa óbvia, que inclusive foi retirada da Lei do Silêncio de Nova Iorque – a aferição ser feita na casa do reclamante. E, se a gente for pensar na propagação do som, de fato, o som que chega ao primeiro andar é completamente diferente do som que chega ao sexto, do som que chega ao décimo nono, e assim por diante, assim como o som no bloco H vai ser diferente daquele no bloco I. E uma pessoa que está ali passeando e que talvez não queira um carro estacionado perto de sua casa porque quer estacionar mais perto reclama do barulho, e existe uma lei que possibilita isso.

Quando o Senhoritas Café foi fechado – no dia anterior –, houve uma calourada, ali na 408. No Senhoritas Café estava havendo um *jazz* com Pedro Martins, reconhecidamente o maior guitarrista do mundo, a que foram também Hamilton de Holanda, Gabriel Grossi, André Vasconcelos e uma série de outros músicos que estavam ali tocando. Mas estava havendo uma calourada, e muitas pessoas estavam falando alto, no seu direito à comemoração, no seu direito à celebração. Chega um fiscal do Ibram, ele não consegue fazer as pessoas calarem a boca, por óbvio, mas ele consegue tirar um som da tomada. O que ele vai fazer? Ele vai tirar o som da tomada!

Então, fala-se que o problema não é a música, que o problema não é a música, que o problema não é a música. É, o problema não é a música, mas é a música que está sendo impedida, são os músicos que estão sem o direito ao trabalho, são os músicos que, hoje em dia, não têm mais onde tocar. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	18

Quando a gente pensa em conciliação, eu acho muito interessante. Eu falei isso em uma reunião que tivemos na Casa Civil: a rua em frente à minha casa produz um barulho incessante de veículos – motos, caminhões etc. –, e eu sei que vários vizinhos e eu, inclusive, já fizemos reclamação ao Ibram, porque, não é, afinal de contas aquela rua produz muito mais do que 60 decibéis. Pela Lei do Silêncio, alguma coisa deveria ser feita. O que tem que ser feito? Fechar a rua, impedir de os veículos de transitarem? Acho que não. Segundo o *site* do Ibram, as rodovias – Eixão, Eixinho – produzem constantemente 82 decibéis. O que é feito quanto a isso? Absolutamente nada.

Então, por que, se eu não posso fechar uma rodovia, eu posso fechar um bar? Por que eu posso impedir um músico de tocar, eu posso impedir as pessoas de celebrarem, eu posso impedir as pessoas de empreenderem, eu posso impedir as pessoas de valorizarem a sua produção local?

Enquanto a gente discute, como o Deputado Ricardo Vale falou, de fato, de 2015 para cá, parece que a coisa está piorando. A gente tem um governo que foi todo eleito defendendo a mudança da lei, inclusive conhecendo e apoiando o projeto de lei que hoje está sendo protocolado. E a coisa está pior. A gente não vê mais... As pessoas estão... Havia músicos que tiravam seus cachês de tocar em bares e não têm mais isso.

Enquanto isso, tem GT – Grupo de Trabalho, audiência pública – foi feita no ano passado, novamente –, tem a comissão, tem reuniões dos conselhos comunitários, tem reunião no Ministério Público, e nada acontece, e os bares continuam sendo fechados, e as pessoas não têm coragem de empreender. Quem é que vai empreender nesta cidade? Como é que vou abrir um espaço onde vou querer ter música, vou querer chamar as pessoas, se eu sei que eu posso ser fechado? Eu não vou nem arriscar. Eu não vou nem arriscar botar um evento na rua se eu tenho um protocolo gigantesco que é impossível eu cumprir.

Como foi falado, está havendo várias reuniões há oito meses, mas ninguém conhece, até hoje, as propostas do Executivo. Isso foi muito questionado na reunião na Casa Civil. O que é que vocês estão propondo? Vocês estão discutindo? Conversaram com os setores? Vocês nos chamaram para uma reunião. Quais são as propostas? O que vai vir, se não é o PL? Qual a solução mágica que não é o PL?

Sobre o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Bom, a gente sabe que não existe nada maior do que a Constituição Federal. O Conama é um conselho, ele é consultivo, ele não é maior que uma lei. Uma lei tem que passar por um processo. Tem Deputados que são eleitos, ela é estudada, ela é votada e ela é aprovada. Se fosse assim, a gente poderia criar diversos órgãos consultivos, a gente legislaria e viveria a partir disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Fecha a Câmara, não é?

SRA. FERNANDA PACINI – Eu acho que a gente tem duas opções aqui: ou se aprova imediatamente e depois se criam outras regulamentações – a gente pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	19

criar decretos para que se possa trabalhar melhor isso – ou, se ainda se quer discutir, tem que ter um comprometimento do Executivo de que, enquanto essa lei não for votada na Câmara Legislativa, a Lei nº 4.092 fica suspensa. (Palmas.)

Bom, para terminar, quero dizer que quem desligou o som luta pelo direito à cidade, pela valorização da música, pelo direito ao trabalho, que é um direito constitucional e que está sendo impedido e tolhido cada vez que se fecham bares nesta cidade. É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Fernanda.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

Logo em seguida, o Senhor Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, José Daldegan Júnior.

DEPUTADO LIRA – Deputado Ricardo Vale; Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Guilherme Reis, na pessoa de V. Exas. cumprimento toda a Mesa e também quero cumprimentar o público aqui presente. Quero dizer que sou totalmente favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 445, de 2015. (Palmas.)

Por que sou favorável? Primeiramente porque moro numa comunidade, São Sebastião, e sou testemunha de que vários artistas sobrevivem da música. A reclamação constante é a de que eles logo que começam a tocar, têm que parar, e os frequentadores da noite, de alguma forma, acabam saindo daquele estabelecimento comercial para poder ficar nas esquinas com som alto porque querem aproveitar o restante da noite. Com isso, o barulho acaba sendo maior do que o do comerciante que está ali trabalhando legalmente.

A não aprovação dessa lei significa mais desemprego, desemprego de garçons, como foi aqui mencionado, do músico que precisa trabalhar. O patrão, ou seja, o empresário acaba também sendo atingido porque ele não vende e assim não pode contratar. Isso tudo prejudica a própria economia, porque o governo também deixa de arrecadar.

Então, por isso sou a favor de que se aprove esse projeto o mais rápido possível para acabar de uma vez por todas com essa bagunça que hoje existe em Brasília, “ah, pode” e “não pode” e fica nessa indecisão. Eu vejo que têm os moradores, tem a população que também precisa dormir, mas também entendo que, do outro lado, também têm os trabalhadores, que também precisam sobreviver. Temos que chegar a um meio termo, e esse meio termo para mim é o Projeto de Lei nº 445. (Palmas.)

Neste momento, aproveito aqui a oportunidade para parabenizar o nobre Deputado Ricardo Vale pela iniciativa. Digo a ele que pode, sim, contar com o meu voto aqui na Câmara Legislativa no dia em que for colocado em votação. Eu não tenho medo de informar à sociedade como um todo que sou a favor do trabalhador, de quem precisa trabalhar e sobreviver também através da música; porque, já que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	20

vivemos numa sociedade, temos direitos e deveres, e é preciso chegar a esse denominador comum.

Para finalizar, quero dizer que, com relação ao silêncio, à comodidade de quem está em casa e quer realmente ter uma noite tranquila, que também há regras. A lei estabelece regras, então vamos respeitar a lei, no caso a lei a que estou me referindo é o Projeto de Lei nº 445, que vai ser aprovada aqui na Casa, com fé em Deus. (Palmas.)

Então, é isso aí gente, podem contar com o meu apoio, o apoio do Deputado Lira. Peço a V.Exa. que provoque logo o Presidente para que coloque em votação o projeto. Obrigado, gente. Até logo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Lira.

Realmente, o Deputado Lira tem sido, desde quando apresentamos esse projeto aqui, um defensor árduo, um cara que conhece os problemas sociais desta cidade e que tem me incentivado muito aqui na Casa. E também tem ajudado muito a convencer os outros Deputados a alterarmos esta lei.

O Secretário Guilherme Reis vai ter que sair. Convido para compor a Mesa o Sr. Presidente do Sindicato dos Garçons do Distrito Federal, Elesbão Ferreira de Oliveira. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, José Daldegan Júnior.

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas; primeiramente, as pessoas da plateia, do plenário, e também o pessoal da Mesa.

Agradeço o convite do Deputado Ricardo Vale para poder representar aqui a população de Brasília.

Eu vejo, viu Deputado, que, no meu pouco entender, uma lei tem que se preocupar com duas coisas basicamente: a constitucionalidade, uma lei local; e também com o bem-estar, com o bem público. E aí eu queria então trazer ao senhor uma reflexão, primeiro sobre a questão da inconstitucionalidade, da legalidade da lei, e depois tecer comentários sobre o bem que ela pode ou não trazer para a população.

Sobre a questão jurídica, eu me pauto por um parecer já protocolizado aqui na Casa pelos advogados Breno Santos, Patrícia Viana de Bulhões e Paulo Rodrigo Alves, que tecem vários comentários e eu resumi em três pontos aqui, embora possam ser até ampliados mais os pontos em que há inconsistência ou até em que há uma clara inconstitucionalidade no parecer que a gente tem aqui, que já foi entregue ao senhor.

Então, Deputado, são três pontos que eu tirei desse documento. No nosso entendimento, primeiro essa lei fere de forma arbitrária os direitos individuais à medida que exige que a denúncia só seja válida se ela for comprovada por medição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	21

no interior da residência da pessoa que denuncia. Ou seja, uma pessoa que esteja incomodada por algum abuso, além de ter que fazer a denúncia, tem que esperar e receber na sua casa um técnico para fazer uma medição com a sua janela fechada para ver se chega ao limite que a possível lei arbitra. Então, primeiro ponto de inconstitucionalidade é que fere os direitos individuais e o direito à intimidade da família, dos lares.

Outro ponto que fere, no nosso entendimento, a Constituição – eu queria que o senhor também analisasse essa questão –, é quanto ao princípio da competência concorrente e da complementariedade. Quando você tem uma lei local e ela concorre com uma lei federal, com a Constituição, em certo assunto, ela tem que ser complementar, não pode ferir essa questão. Então, como a lei se pauta... A Constituição Federal estabelece, pela Lei nº 6.938, de 1981, certas normas e consagra certas questões da OMS, da ABNT. Isso faz com que a lei tenha de respeitar nesse ponto também a questão da Lei Maior. Então, queria que o senhor analisasse esse ponto também, porque são duas leis concorrendo pelo mesmo assunto e ela está sobrepondo, se superpondo à Constituição Federal nesse ponto. Nesse caso, quando há essa concorrência, só seria possível se ela fosse mais restritiva; ou seja, tivesse uma proteção ainda maior em relação ao bem público. Então, é admissível que uma lei local se sobreponha, ultrapasse a lei federal se ela for mais restritiva, ainda no sentido de proteção ao bem comum. Queria que se analisasse também esse ponto. Outra questão que fere também o Princípio da Não Regressão ou do Não Retrocesso, e aqui eu faço um paralelo, por exemplo, é a Lei Antifumo: quem aqui, hoje, teria a coragem de retroceder na lei, fazer uma nova, dizendo que agora será permitido, novamente, fumar dentro de um restaurante ou de um bar?

(Manifestação da galeria.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Eu só estou fazendo um comentário... Eu queria até lembrar, Deputado, o senhor comentou na sua fala que não entende por que essa lei foi feita para acabar com a cultura. Eu queria lembrar que o autor dessa lei, originariamente, foi o Deputado Chico Vigilante, do seu partido. Como ele sofreu uma oposição muito grande na Casa, posteriormente o Deputado Wilson Lima conseguiu aprová-la, mas sem alteração nenhuma nela. Essa lei, partindo de um Deputado do Partido dos Trabalhadores, jamais teria o objetivo de acabar com a cultura, de fechar bar, de acabar com postos de trabalho.

(Manifestação da galeria.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Gente, vamos respeitar a minha fala. Eu estou dizendo que eu não consigo conceber que o Chico Vigilante, ele pode ser consultado, teria esse objetivo. Eu respeito quem ache que está tendo esse efeito; eu não acho. Respeito quem pense que sim, mas eu afasto a intenção do Deputado de querer acabar com a cultura, de querer fechar postos de trabalho, porque isso é inadmissível...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	22

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Pois é, na sua opinião. Eu sou obrigado a permitir aqui um pouco esse debate, não tem problema nenhum. Eu respeito, repito, o ponto de vista de quem ache que isso esteja acontecendo. Mas não dá para dizer que o objetivo dessa lei foi acabar com a cultura, como o senhor falou. Pois é. Não foi esse o objetivo, pode estar sendo o efeito. Vejam bem, eu estou dizendo que respeito quem pensa que isso possa estar acontecendo, mas eu vou chegar lá. Eu acho que vocês vão me deixar falar até o final, não é? Não podemos aceitar que foi esse o objetivo.

Como eu disse, fazendo um paralelo, hoje, ninguém teria coragem de retroceder numa lei que fala sobre o fumo em restaurantes. O objetivo dessa lei do Deputado Chico Vigilante – eu tenho de respeitar o direito autoral dele – é garantir a saúde pública, e aí quando se vem com um discurso de que temos de avançar nos limites da saúde pública; isso não é avanço, é retrocesso. Pode-se avançar nos ganhos dos bares, pode-se avançar no aumento dos decibéis, pode-se avançar em limites, mas não se está avançando no princípio da lei, que é o bem público; nisso, se está retrocedendo. Então, eu queria que o senhor analisasse, porque isso também é do Princípio do Não Retrocesso ou da Não Regressão, é um princípio também que fere a Constituição. Então, eu gostaria que se analisasse também esse ponto. Vou ficar nesses três pontos da questão da inconstitucionalidade.

Passando, agora, para outra premissa da qual falei, porque são duas as premissas que, eu vejo, uma lei tem de ter. Ela tem de respeitar a Lei Maior, e eu aponto aqui três pontos que ferem a Constituição, mas também tem de se pensar no bem público. Então, vamos analisar assim: Pode se pensar em ultrapassar a Lei Maior, talvez pensando que pelo bem maior aqui da cidade eu vou, então, ultrapassar esse limite constitucional, mas eu estou com uma boa intenção de fazer o bem melhor para a população. Eu entendo que seja a intenção do senhor sabendo que existem esses riscos. O próprio Secretário de Cultura aqui também acabou dizendo que, quando se ultrapassam limites da OMS, limites da ABNT apontados pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, apontados pela lei que já citei aqui, corre-se o risco de ter uma vitória de Pirro, ou seja, aprova-se uma coisa nesta Casa e, logo depois, ela se torna inconstitucional.

Passando essa questão da constitucionalidade, vou tentar agora dialogar com o senhor se é ou não para o bem dos setores da população. Na questão da saúde, eu tenho um panfleto que foi distribuído aí e muita gente já recebeu. Esse panfleto cita os limites da OMS. Aqui fala o seguinte: limite para o sono: 30 decibéis. Agora há mais uma questão. Partindo da premissa de que seria cabível ultrapassar o limite da individualidade, supondo que essa lei ultrapasse esse ponto que já levantei aqui antes, que seria inadmissível avançar na intimidade da pessoa e do lar da pessoa, ultrapassada essa barreira que eu acho inconcebível, o limite a ser medido lá dentro da residência teria que ser de 30 decibéis para poder se respeitar o limite do sono. Está aqui neste panfleto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	23

(Manifestação fora do microfone.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Eu aceito a provocação e digo que existe a questão do ruído de fundo. Por isso, acho que tem que haver um pouco de tranquilidade porque, se você está assistindo a um pouco de novela, jornal, etc. e tal na sua casa, você está criando um ruído de fundo. Quem está ali assistindo ao seu programa de televisão, não vai perceber a emissão da fonte sonora do bar que está ao lado de fora porque ele está criando um ruído de fundo que está tornando tolerável aquele barulho. Mas quando ele desligar a novela dele, o jornal, etc. e tal e for deitar, aí, sim, aquele ruído de bar vai afetar o sono dele se ultrapassar na residência, no seu quarto, 30 decibéis.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Se o governo não fizer, ele vai ter que tomar decisões desse tipo, certo? Mas vamos evoluir. Então, vou ter que gastar o meu dinheiro, em vez de o bar fazer a proteção acústica? Todos os moradores daquele prédio que está sendo afetado vão ter que trocar as suas esquadrias, colocar vidro duplo, etc. e tal, gastar uma pequena soma de dinheiro que talvez ele não tenha condição, embora o bar esteja ali auferindo lucro e tendo condição de fazer a sua proteção acústica... Todos aqueles moradores vão ter que fazer isso? Acho que isso é um contrassenso.

Deputado, se o senhor quiser primar pelo que está na OMS e pelo que está escrito no panfleto aqui, se admitido aquilo que eu falei antes – e é inadmissível para mim –, que a medição tivesse que ser lá dentro, teria que se colocar, então, 30 decibéis, fechada a esquadria que se suponha a pessoa possa ter colocado para proteção acústica. Teria que ser 30 decibéis, caindo nessa provocação de aceitar a medição dentro da sua residência – que eu já disse que é inadmissível.

Estou falando da questão da saúde e do meio ambiente. Aqui, neste panfleto, fala que a partir de 65 decibéis, há riscos de danos à saúde. Está certo que danos irreversíveis talvez seja um limite maior, mas danos temporários, inclusive psicológicos, estão aqui nesse panfleto. A partir de 65 decibéis já é dano à saúde. Imagina o próprio garçom. Eu estou falando de dano psicológico. Não estou falando de dano irreversível. Essa tabela aqui que fala a partir de oito horas é para dano irreversível. Agora, Deputado, eu estou falando do trabalhador, do garçom, do músico, do dono do bar e do cliente. Se ele for submetido a um som acima de 65 decibéis – o que está nesse panfleto aqui –, ele já está causando dano à saúde dele. Pensando na saúde, o limite teria que ser dentro do bar.

Agora eu vou falar do Ibram também, sobre a questão técnica. Estou na questão da saúde. Dentro do ambiente, teria que ser 65, pelo que está aqui, dentro do bar. O senhor colocou um decibelímetro aqui e está dando 70 decibéis no ponto mais alto. Estou vendo aqui, mas eu escuto mais o som do alto-falante do que o da minha própria voz. Será que eu precisava ter o som do jeito que está aqui? Será que não dava para abaixar mais? Tenho certeza, se abaixasse aqui, exatamente. Por isso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	24

está dando 70, ele mostrou 70 aqui. Eu tenho que falar mais longe, não é? Eu acho que se eu falar assim...

(Manifestação fora do microfone.)

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Estão pedindo para eu concluir, mas como estou permitindo a manifestação do plenário, eu acho que tenho direito a mais tempo. A toda hora estou sendo interrompido, não tenho problema nenhum em ser interrompido. Não vejo problema nenhum em ser interrompido.

Falando de saúde, acabando o capítulo de saúde, 30 decibéis é o limite para o sono. Na lei do senhor, é o que teria de estar lá dentro da casa. O limite do dano é 55, pela OMS – Organização Mundial da Saúde. Dano psicológico, e 70 é o limite da irreversibilidade do dano.

Vamos, então, para outra questão em que a sua lei interfere: interfere na Administração Pública, porque tolhe a atuação preventiva do Poder Público. Certo ponto da sua lei diz que o Poder Público só pode atuar se houver denúncia. Não havendo denúncia, o Poder Público não pode atuar nem preventivamente. Você está vendo a construção de alguma coisa, e pelo ambiente que está sendo montado, haverá uma emissão de som muito elevada. Previna o empreendedor: “olha, não faça isso aqui porque você vai, depois, incorrer numa denúncia e vai ter que fechar, vai ter que fazer isso”. Esse capítulo da sua lei, Deputado, está interferindo na eficiência do Poder Público de atuar preventivamente.

É como se, por exemplo – eu faço outro paralelo, e vão querer me criticar –, o policial só pudesse atuar corretivamente, não podendo atuar preventivamente. Só depois de uma denúncia a polícia vai lá e resolve o crime já acontecido. A polícia não tem que ter também a sua inteligência? Está ali o amigo Coronel Vasconcelos, da polícia, e ele sabe que tem que atuar preventivamente também. Esse ponto eu queria que o senhor analisasse, pois ele fere a eficiência da Administração Pública.

Vou para outro ponto: a questão técnica, como falei. É cientificamente provado que você pode calcular a atenuação de uma fonte sonora da parte externa para a parte interna. Então, o senhor não precisaria incorrer naquela questão de que eu falei no início, de ter que invadir a residência da pessoa para comprovar se ele está ou não sendo realmente incomodado, ou se ele está de pirraça com o restaurante. Não precisa. Em média, a atenuação, nesses casos, são 15 decibéis. Por isso, a atual lei fala em 45 decibéis: 30 decibéis é o limite do sono, mais 15, que é a atenuação que se tem pelo lado de fora. Então, se lá fora está 45, sabe-se cientificamente que lá dentro já está 30.

Por isso o limite da lei atual é 45 para sono, e não há necessidade nenhuma de exigir a validade da denúncia de dentro do lar da pessoa porque isso soa, Deputado, como sendo cerceamento de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Só para informar, isso a gente já mudou, já alterou na lei há uns dois meses numa conversa, inclusive, com





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	25

prefeitos comunitários. Isso foi alterado. A medição é fora da residência. O assunto fica repetido, já se repetiu várias vezes.

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Está certo. Eu não sabia disso, desculpe-me. Excelente avanço, então, nesse ponto.

Outra questão é a questão econômica, e também se falou muito dela. O senhor falou que, de 2008 para cá, depois dessa lei, os bares e restaurantes perderam 45 mil postos de trabalho. Eu acho que seria um exagero dizer que foi por causa da lei de controle da poluição sonora.

A gente sabe que em 2008 houve uma crise mundial. De lá para cá, começou um reflexo dela na economia brasileira, e hoje nós estamos no ponto de uma crise sem precedentes. Dizer que esse pessoal está todo na rua por causa do Ibram é um pouco de exagero. A Fernanda citou alguns estabelecimentos, mas não citou a quantidade de estabelecimentos. Em relação à quantidade de estabelecimentos que têm som, o fechamento não está numa proporção exagerada. Aliás, Fernanda, ninguém quer desligar o som, a gente quer abaixar o som. Quando se desliga o som é porque o estabelecimento não respeitou a primeira advertência, nem a segunda, e não respeitou a multa. Depois, então, teve que ser fechado. Só é fechado quem realmente reincide várias vezes na infração. Ninguém quer, Fernanda, fechar estabelecimento nenhum. A gente gosta de cultura, de música. A gente quer baixar o som; não desligar o som. A gente quer baixar o som.

Eu estou falando ainda da questão econômica. Essa lei realmente pode prejudicar grandes estabelecimentos. São aqueles bares que querem ter uma clientela exagerada, incompatível com o seu estabelecimento. Você pode ver, os bares que foram multados colocaram várias mesas e cadeiras extrapolando o limite. Nesse caso falado aqui, os bares estão numa quadra onde o estabelecimento está a 15 metros do prédio. Em certos momentos, as cadeiras vão para dentro dos prédios, nos pilotis. Os grandes estabelecimentos, os grandes projetos e eventos realmente podem estar sendo prejudicados porque estão incompatíveis com o local onde estão acontecendo.

Por outro lado, ela beneficia os pequenos, o músico que tem uma produção acústica num bar. Não vai ter multa ali. Na verdade, pensem – eu queria que o senhor analisasse este aspecto –: pode até aumentar a quantidade de bares com som acústico, sem amplificação. Eu quero que o senhor analise isso, acho que vocês sabem que tem fundamento.

É lógico, se você põe um bar e um monte de caixa de som, você quer atingir e até chamar cliente. Você quer criar um *point*, põe aquele som nas alturas e chama muito cliente. Esse bar vai se dar muito bem em lucro naquele dia, mas vai ser multado. Se você tiver vários barzinhos com música acústica, é excelente. Eu sou frequentador de bar, de restaurante, e gosto de uma boa música. Mas quando ela ultrapassa o limite e eu tenho que ficar gritando para conversar com meu colega do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	26

lado, com minha esposa, aí eu acho que extrapolou a função daquela música. E outra coisa: favorece o músico.

Estou trazendo aqui uma análise muito profunda, acho que vocês têm que respeitar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pessoal, por favor, vamos respeitar. As conclusões finais, por favor.

SR. JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR – Estou chegando ao fim. Então, vai favorecer os pequenos estabelecimentos, os músicos de verdade. Essa lei prejudica é o som eletrônico. Tem muito bar que põe, é muito mais barato, gente, botar um CD tocando, um *pendrive* tocando, do que um músico tocando. Eu quero saber se isso é cultura. Cultura é um músico tocando ali, um músico acústico. No meu entendimento, acho que o Deputado poderia analisar essa questão, muitos músicos poderiam repensar. Vai favorecer o aumento de músicos nos bares com aquele som acústico. É um ponto a se pensar.

Já estou entrando na questão cultural, falei um pouco disso aqui. Ninguém quer fechar bar. Quer baixar o som. Ninguém quer desligar o som. Um capítulo aqui fala do carnaval, Deputado, e estabelece que nos trinta dias que antecedem o carnaval vale tudo. Eu acho que isso aqui é um pouco de exagero, porque está dando um tratamento não isonômico, e não pode ser assim. Certos limites são abusivos mesmo.

Ninguém quer acabar com o carnaval, mas a gente não pode dizer assim: no carnaval vale tudo. Não pode. Traduzindo o que está escrito ali, diz: não vale lei nenhuma para a época do carnaval, só vale para crime, mas som, vale qualquer altura. Acho que, também, não tem sentido essa contradição aqui.

Por fim, para concluir, eu queria dizer ao senhor o seguinte: se aprovasse esse projeto de lei, Deputado Ricardo Vale, algumas pessoas aqui ficariam felizes, porque teriam seus bares funcionando com o som nas alturas, mas toda a vez que alguém, incomodado com o som alto, ligar para a polícia – os maiores chamados da Polícia são por causa do som – ou para o Ibram e ouvir do outro lado: não, agora a lei mudou, agora vale tudo, ele vai lembrar: maldito o Deputado que aprovou aquela lei. (Vaias.)

Eu queria pedir desculpa. Eu não queria ter dito essa palavra, mas imagina a quantidade de pessoas incomodadas pelo som alto, na hora que souberem que aquela lei não vale mais, eles vão saber a quem responsabilizar. Então, é um aviso que eu faço ao senhor: tome cuidado com esse PL.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Daldegan.

Por favor, gente, vamos respeitar. São as considerações dele. Temos que respeitar. Eu discordo, praticamente, de cem por cento do que ele falou, mas a gente tem que respeitar. É por isso que a gente está aqui debatendo. Ele levantou questões técnicas, jurídicas. Levantou, inclusive, questões jurídicas sobre quem foi o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	27

autor da lei. Nós também fizemos isso, na Câmara Legislativa, a gente observa todas essas questões. Você só não observou a questão social, mas ainda há tempo de você refletir sobre isso.

Eu queria passar a palavra agora ao Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, nosso amigo Jael Antônio Silva.

SR. Jael Antônio Silva – Bendito Deputado Ricardo Vale. Como estava sem som, vocês não ouviram nada. Nós não vamos abaixar o som agora, não. Nós temos que aumentar. Sabe por quê? Porque aqui é o local em que nós temos que falar. Esse é o fórum que nós temos para discutir exatamente essas questões todas.

Nós entendemos o ponto de vista de todos, respeitamos e dialogamos. Há dois anos nós estamos dialogando com todos os setores da sociedade, buscando o entendimento, buscando o bom senso, buscando a razoabilidade – essa é a questão. Então, digo aqui mais uma vez: bendito o Deputado Ricardo Vale, que teve a ousadia de propor a mudança em uma lei retrógrada, injusta, porque só o barulho da cidade é superior à própria lei. Como é que podemos conviver em uma cidade dita Patrimônio Imaterial do Rock no silêncio, no túmulo de um cemitério? Como nós podemos conviver nesta cidade, levá-la para frente e exaltar o seu passado? Qual é o passado da cidade – isso eu acabei de dizer? A formação musical, a formação cultural, o respeito que Brasília merece em relação ao que é feito aos expoentes musicais que saíram daqui. Essas pessoas surgiram onde? Dentro de quatro paredes? Não. O dano de que está se falando aqui não é apenas um dano físico, é um dano econômico, que eu acho que é muito mais grave, provavelmente, do que um dano físico, porque não são 65 decibéis que vão deixar uma pessoa psicologicamente alterada, como já foi dito aqui. Pelo amor de Deus! Acho que é muito pelo contrário. As pessoas, quando estão estressadas, vão procurar o quê? Uma música suave na sua casa ou vai buscar um ambiente agradável.

Eu acho que o dano provocado por essa lei é mil vezes maior do que qualquer outro tipo de dano. Nós não podemos esperar mais, Deputado. O dano que está sendo causado para o nosso setor é praticamente irreversível. O processo de demissão está aí, é só constatar. Está aqui o presidente do nosso sindicato laboral que pode confirmar os números. Não é nenhuma invenção de números, não. Claro que a crise ajudou, ajudou bastante, mas ela não é a única culpada pelo processo de demissão. Houve demissão, houve fechamento de diversos bares e haverá mais ainda porque tudo isso está gerando exatamente uma insegurança jurídica para todos os empresários do setor. Você não pode mais trabalhar porque, mesmo aqueles que não têm música ao vivo, que não têm nenhum tipo de música, estão sendo notificados, multados e autuados, e algumas casas estão, inclusive, sendo fechadas. Por quê? Porque falta critério no sistema de fiscalização, falta clareza na identificação do fiscal quando este vai fazer a sua identificação.

Nós, empresários do setor, nunca sabemos quando estamos e por que estamos sendo fiscalizados. Isso é justo? Como pode existir um processo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	28

fiscalização, como pode existir uma lei dessa? Que lei é essa? Essa lei é inaplicável. Ora, essa lei tem que ser imediatamente mudada, porque ela não tem o mínimo sentido.

A arbitrariedade não é das pessoas que estão no órgão. A arbitrariedade é da lei. Ora, que lei é essa que permite arbitrariedades? Que lei é essa que permite essas injustiças com um dos setores mais importantes das cidades, um dos setores que têm a maior empregabilidade atualmente na área privada?

Hoje nós empregamos, com todo esse processo de crise que aconteceu no País, muito mais do que a construção civil. Continuamos empregando por meio do esforço supremo dos nossos empresários de não demitir ou de demitir o mínimo possível porque houve um investimento ao longo da história do trabalho de cada um na formação e na qualificação dessas pessoas. Quanto custa isso? Para, simplesmente, chegar uma denúncia anônima e fechar um bar. Sinceramente, onde é que está a justiça disso? A questão do barulho, do incômodo da sociedade como um todo eu sofro na minha casa. Todos nós sofremos. Agora, o que é necessário? É necessário um poder doutrinador – vamos chamar assim. A lei está tratando disso. A lei não está gerando baderna na cidade. A lei está gerando a correção de uma grande injustiça que a lei anterior proporcionou. O pior de tudo é que não houve nenhuma discussão sobre o assunto. Ela foi simplesmente jogada garganta abaixo para a gente em 2008, e nós nem ficamos sabendo. Ninguém ficou sabendo na cidade. Agora, na gestão desse governo, parece que descobriram essa lei e saíram com um foco raivoso em cima de bares e restaurantes. Isso para mim é um foco raivoso, porque são os únicos que são multados: nós e as igrejas. Nós que levamos lazer e religiosidade, um momento de paz e de lazer, porque ambos têm essa finalidade, somos os mais penalizados. E você busca junto ao órgão fiscalizador as informações para fazer uma atuação enquanto entidade, “não, qual é o local, onde é que está sendo feito isso, qual é a dificuldade que está tendo para a gente fazer um processo de interferência, um processo de convencimento.” Ver qual é o problema efetivo que está acontecendo naquela localidade. E os bares são culpados, são culpados porque a cidade está sendo invadida por estudantes que estão confraternizando quando passam no vestibular e vão para uma determinada rua? Muitas vezes, até por uma questão de segurança. O coronel deve saber muito bem disso. Muitas vezes, é uma questão de educação, uma questão de postura, uma questão de mobilidade do governo como um todo para determinados tipos de eventos que são feitos, que, muitas vezes, não chegam ao conhecimento das autoridades em tempo hábil, e aí acontecem e podem acontecer efetivamente as badernas.

Há realmente o problema da intolerância também por parte dos moradores da cidade, de um grupo pequeno evidentemente, mas tudo isso nós podemos contemporizar. Por quê? Nós já propusemos para o Deputado, em parceria com todo o setor produtivo... A FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – está nos ajudando. A Associação Comercial do Distrito Federal, a ABRASEL



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	29

– Associação Brasileira de Empresas de Entretenimento e Lazer, o SINDIVAREJISTA – Sindicato do Comércio Varejista, todos esses segmentos que estão preocupados com o desenvolvimento de Brasília têm feito um trabalho tentando minimizar essa questão. E qual é essa questão? É a questão do relacionamento, da frequência entre a comunidade e essa área de lazer, que são os bares e restaurantes. Nós vamos conviver sem esses espaços? É isto que a cidade quer: acabar efetivamente com o bar e o restaurante na cidade, acabar com a área de lazer da cidade, acabar com a convivência social da cidade? Porque é nos bares onde nós resolvemos grandes problemas do País. (Palmas.)

Houve uma manifestação aqui – acho que foi da Fernanda – de que nós não podemos mais esperar, nós temos que colocar essa lei em votação. Essa lei já foi discutida amplamente. Já houve audiência pública há um ano e dois meses. Numa deferência especialíssima por parte do Deputado, ele abriu essa comissão geral para dar voz a todos nós novamente, mas os itens principais, aqueles que nos afetam diretamente, inclusive aqueles que afetam a própria comunidade já estão contemplados na lei. Por quê? Ora, vamos fazer a medição debaixo do prédio. Não precisa ser dentro da casa da pessoa, como previsto inicialmente. Até isso foi flexibilizado. Onde foi a denúncia? “Ah, foi debaixo daquele prédio.” Vamos medir lá. Quanto deu lá? “Ah, deu 60.” Então, qual é o problema?

Agora, sinceramente, gente, os bares e restaurantes da cidade – e são vários e vários, eu não estou falando aqui de um ou dois –, vários estão sendo multados sem música ambiente. A culpa é da música ou a culpa é da lei? A lei é malfeita. Se a lei não admite que você possa estar num bar conversando com as pessoas e você chega lá e é multado... Eu estou vendo empresários do setor aqui. Isso aconteceu. Temos testemunhos aqui próprios. Sem música! Ora, que denúncia é essa? Eu queria saber. Que denúncia é essa? Qual é o embasamento disso? É a poluição ambiental de pessoas conversando num bar? Sinceramente, isso é uma regressão inadmissível para uma cidade reconhecida nacionalmente como uma cidade cultural. É um retrocesso.

Então, sim, nós temos que aprovar o Projeto de Lei nº 445, do Deputado Ricardo Vale, porque nós já propusemos diversas alterações. Já flexibilizamos os próprios índices de decibéis do projeto inicial. Ele agora está apresentando uma nova situação, em que podemos contemporizar um pouco mais. Nós temos que levar em consideração nesta cidade que Brasília... Eu estou aqui desde 1961, eu sou “piotário”, maestro. Eu vi esta cidade crescer, eu sei como é que é. Tem aquela velha estória: “Ah, porque esse comércio não foi feito para isso, o comércio foi feito assim.” Não foi feito, mas está consolidado. Isso é o que interessa. A cidade está consolidada dessa forma. E nisso não vai haver mais mudança, porque as pessoas já se acostumaram assim.

A questão do som, eu acho que ela deixa de ser uma questão... Não é que tenhamos que desconsiderar a questão do som, a questão do barulho, não é isso, mas temos que considerar a economia da cidade, temos que considerar o que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	30

acontecendo num processo de crise, sendo que está muito mais agravada a crise de geração de emprego e de geração de tributos para a cidade. Nós somos também um dos setores que mais contribuem tributariamente para a cidade. Todos nós hoje somos emissores de cupom fiscal. Aliás, foi o primeiro setor em Brasília que foi obrigado a fazer emissão de cupom fiscal, de todos os setores da cidade. Nós fomos cobaia – vamos dizer assim –, porque nós nos dispusemos a fazer isso, para mostrarmos para o governo a nossa boa intenção de fazermos as coisas corretas. E vocês podem ter certeza de que nós estamos, sim, preocupados com o aspecto social dos nossos empregados, estamos preocupados com os aspectos de saúde da comunidade de uma maneira geral, mas nós não podemos admitir que nós continuemos nesse ritmo em que estamos, ou seja, num processo de crise, e a crise sendo agravada porque estão nos gerando uma insegurança jurídica absurda.

Eu não sei se todos vocês sabem aqui, mas essas multas são significativas, são de 5, 10, 20 mil reais! Qual é o pequeno empresário que pode pagar pelo fato de chegar lá um fiscal às 22h29min, fazer uma medição das pessoas conversando e essa medição dar 59 decibéis, quando tinha que ser 55 porque já passou das 22h? Pelo amor de Deus, gente! Aí entra a questão do bom senso que a lei... Inclusive estava aqui anteriormente o representante do Ibram. Não existe bom senso! E eu acho que ele tem razão, ele não deixa de ter razão. Está aqui: "A lei está para ser aplicada." Ele falou isso aqui, e a gente está cansado de ouvir isso. Essa frase que eles usam é um comodismo absurdo, é uma questão de comodidade para eles. Ora, será que não está vendo que não tem música, não está vendo que não tem nada que agrida? Só porque deu 59 decibéis às 22h22min, eu vou e meto uma multa de 20 mil reais? Gente, sinceramente, é um descalabro isso.

Então, sem entrar no questionamento da peculiaridade, dos detalhes da lei, porque a lei já sofreu diversas alterações e ainda poderão surgir novas no dia da votação – viu, Deputado Ricardo Vale? –, eu lhe faço um apelo aqui, um apelo que nós fizemos ontem em nome do sindicato. Encaminhamos um documento formal a todos os Deputados pedindo o empenho deles, a exemplo do que foi feito aqui com o Deputado Lira, que já declinou o seu voto. Nós temos que fazer esse trabalho de ir a cada um dos Deputados e mostrar para eles o que a não alteração dessa lei está acarretando para a cidade. Eu não estou fazendo nada aqui de alarmismo, não, gente. Eu estou falando de uma realidade, a realidade que está acontecendo na cidade. Essa é uma realidade nua e crua. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Jael, Presidente do Sindhobar.

Concedo a palavra ao Sr. Tenente Coronel Vasconcelos, Coordenador da Subsecretaria de Integração de Operações de Segurança Pública – SIOSP, representando a Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal, Márcia de Alencar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	31

SR. TENENTE CORONEL VASCONCELOS – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Ricardo Vale. Cumprimento todos os integrantes da Mesa. Aproveito para parabenizar o senhor, Deputado, por essa atitude de convocar esta audiência pública. Acho que é um tema que, há muito tempo, já exige uma ação não só do Legislativo, mas também do Estado, tendo em vista os diversos conflitos que a gente tem visto, que são causados principalmente pela falta de interlocução entre as partes envolvidas.

Eu queria aqui também saudar todos os representantes do setor cultural, do setor produtivo, a comunidade. Eu estou vendo aqui alguns amigos, o Marcelo. Estou vendo o nosso ex-Secretário de Cultura também aqui, o pessoal da comunidade ali em cima. Quero dizer que é importante o debate para que a gente possa chegar a um senso comum.

Eu queria pontuar algumas questões que envolvem principalmente a Secretaria de Segurança Pública e aproveitar para pedir desculpas pela Secretária. Como os senhores estão acompanhando, em função das questões que envolvem o processo de julgamento do *impeachment*, a Secretária tinha um compromisso hoje inadiável, ficou impossibilitada de estar presente e mandou o Siosp como representante.

Eu queria só dizer que o Siosp, o órgão a que eu pertencço dentro da Secretaria, é um órgão que tem como atribuição, entre diversas, a integração dos órgãos de segurança pública em eventos, em questões que envolvem a necessidade de segurança pública, seja do Corpo de Bombeiros, do Detran ou da Polícia Militar. Mas a gente tem como carro forte lá, principalmente, o cadastramento e a concessão da autorização para os processos que seguem nas administrações regionais para quaisquer eventos, de qualquer natureza, que exijam a necessidade de segurança pública. Seja uma corrida, um show, enfim, eventos de maneira geral. Nós sabemos que Brasília é uma cidade que fervilha culturalmente, que fervilha nas artes. Isso é contemplado. A gente consegue ver isso pelo número de eventos que tem sido cadastrado de maneira crescente nos últimos meses. Se a gente pegar o panorama do início de 2015 até agora – já ultrapassamos o meio de 2016 –, vamos ver que, mensalmente, o número pedido para cadastramento de eventos no Distrito Federal sobe. Isso tem sido uma tendência e é sinal de que a cidade precisa se adaptar às situações que estão evoluindo, como sociedade, como comunidade, e que exigem de nós essas questões que perpassam pela cultura também, que não são somente bares, restaurantes e eventos em geral, e recaem nas reclamações também lá na Secretaria de Segurança, por parte dois polos. A gente tem reclamações por parte do setor produtivo, em relação às fiscalizações, a essas questões que envolvem o Poder Executivo, e temos questões que envolvem a comunidade, que se sente de alguma forma lesada e faz a ligação para o 190, para o Ibram, que acaba recaindo na ponta da linha, em uma das instituições pertencentes ao Sistema de Segurança Pública.

O que a gente percebe com isso? Que, na verdade, a gente está criando uma polarização, que é muito ruim, que deixa se ser uma discussão somente de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	32

ideias e está passando para uma guerra, não é, Deputado? Uma guerra que, em princípio, era para ser somente de ideias e não está sendo mais. A prova é que a gente viu isso aqui na fala do representante da comunidade, que em alguns momentos sequer conseguiu falar, porque não tivemos a compreensão da plateia que estava aqui. Falo aqui sem defender o polo a ou o polo b. Eu estou falando como uma pessoa que está compondo a Mesa. Realmente é muito ruim a gente ver uma pessoa, em uma audiência pública, tentando falar e não conseguir. O fato é que a gente precisa atacar essa questão.

Deputado, o senhor está certo. Não podemos esperar mais. Nós, como Secretaria de Segurança Pública, como representantes do Poder Estatal, vemos que é uma questão que precisa ser resolvida de maneira rápida. E aí eu discordo da Fernanda – não sei se ela ainda está aqui – quando ela fala que o PL vai ser a solução mágica para que a gente consiga resolver isso. Não vai ser. Não vai ser o PL, assim como nenhuma outra proposta ou projeto de lei que passar por esta Casa. O que a gente precisa entender é que o setor cultural, o setor produtivo e a comunidade terão necessariamente que flexibilizar as coisas.

O que a gente sabe é que a legislação atual realmente não pode se manter do jeito que está, porque ela vai continuar causando conflitos. Ela tem interesses que são da comunidade, que são do setor produtivo – dos bares, dos restaurantes –, mas não tem interesses dos dois lados também. E a gente precisa resolver isso de maneira rápida.

Eu participo do grupo de trabalho que está montado lá no governo, capitaneado pela Casa Civil, e que já tem uma proposta, Deputado, que vai ser debatida de maneira conjunta. Essa proposta pode, de alguma forma, acrescentar alguma coisa ao projeto de lei – eu acredito que sim, pelo que tenho visto lá –, mas acho que isso tem de ser realmente rápido, porque a sociedade, o setor produtivo, o setor cultural precisa de uma resposta. A gente precisa resolver esses conflitos. Novamente, eu bato na tecla de que não haverá nenhuma solução no campo da segurança pública ou no campo da mediação que não seja através da cessão de algum ponto, de algum peso nessa balança, para que ela se equilibre.

Não vou me estender muito. Eu só queria não defender aqui nenhuma das forças, mas colocar um ponto de vista interessante, para que os senhores reflitam: o ônus dessa fiscalização recai muito sobre o agente na ponta da linha, aquele agente do Ibram, o policial militar que é chamado pelo 190, ou seja, qualquer um dos órgãos fiscalizadores que tem como missão atender à comunidade, como a Agefis.

Acho que esse ônus para esse agente que está na ponta é muito pesado. Por quê? Porque, mesmo não concordando com a lei, de maneira nenhuma, a lei vige. E a gente tem um problema que é jurídico. Qual é? A partir do momento em que qualquer pessoa aciona o Estado de maneira legal, pelo canal competente – aí, eu vou citar o 190, o telefone do Ibram, o telefone da Agefis –, não há outro caminho para agente público senão exercer o seu papel e cumprir a sua função,





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	33

independentemente de concordar com aquilo ou não ou achar que a legislação está certa ou errada. E nós temos ainda a figura do Ministério Público, que exerce o papel de *custus legis*, de fiscal da lei.

Os senhores talvez não saibam, mas a pressão que recai sobre a Secretária de Segurança Pública, através dos seus órgãos representados – Polícia Militar, Agefis, Ibram –, na não atuação no caso de um chamado pelo canal competente, legitimado por quem chamou, é muito grande, porque a gente cai em um crime que se chama prevaricação. O agente público está sujeito às penalidades que são descritas no código. Então, é muito difícil recair esse ônus somente para aquele agente que está lá.

Por isso que eu aqui reafirmo, Deputado: a nossa intenção, como secretaria, é colaborar da melhor forma possível. Nós queremos, sim, que o debate seja feito, que a legislação, se tiver que ser mudada, seja mudada, mas com coerência, com debate de ambos os lados, trazendo as questões que são afetas às duas partes, aos dois lados, para que a gente atinja aquilo que a lei tem que atingir, que é o interesse comum, que é o interesse público, que é aquilo que faz com que a nossa esfera de convivência seja uma esfera de respeito, de responsabilidade, sabendo que todos, sem exceção, lado x ou lado y, têm deveres e têm direitos.

Quando eu tiver direitos, eu vou exigí-los; quando eu tiver deveres, eu vou cumpri-los. É isso o que a gente espera. Espero que a gente avance nessa questão. Contem com a Secretaria de Segurança Pública! Nós queremos, sim, solucionar o problema, Fernanda. Não queremos desligar o som, não é esse o nosso objetivo. A gente quer viver em uma comunidade harmônica, que saiba que a cidade tem as questões e as demandas culturais, que saiba que a cidade tem as questões e as demandas da comunidade e que, juntos, possamos resolver isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Tenente-Coronel Vasconcelos. Passo a palavra para o representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM, Engels Espíritos.

Antes, porém, o Cerimonial quer registrar algumas presenças.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Em nome do Presidente desta Comissão Geral, registramos e agradecemos a presença das seguintes pessoas: Bruno Leonardo Caetano, jornalista; José Sóter, Diretor da Agência Abraço; Robson, Presidente da Escola de Samba Acadêmicos da Asa Norte; músico e ex-Administrador de Planaltina, Professor Jarbas; Assessor Parlamentar Athayde Passos da Hora; músico Felipe Rodrigues; Da Mata, do Cinema Voador; Pedro Lacerda, cineasta; Sr. Amauri Pessoa, representante do Deputado Cláudio Abrantes; representantes do Feitiço Mineiro, Armazém do Ferreira, do Koni, do Pinella, do Miau que Mia, do Raízes, do Zimbrus, do Empório Santo Antônio, do Beirute, do Xique Xique e do Primeiro Bar.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Geral, Deputado Ricardo Vale. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	34

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Agradeço a presença de todos mais uma vez. É importante também falar para vocês que o Deputado Cláudio Abrantes esteve aqui, no início da sessão, antes de vocês entrarem. S.Exa. queria participar, mas foi chamado para uma reunião em função da greve dos policiais civis. S.Exa. é policial e não pôde ficar aqui, mas deixou um recado para vocês: ele é totalmente favorável à mudança, à alteração dessa lei.

Vou chamar para a Mesa o Rênio, representante do Fórum de Cultura do DF. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Engels Espíritos, representante do Movimento de Valorização dos Músicos.

SR. ENGELS ESPÍRITOS – Boa tarde a todos os Deputados presentes. Cumprimento o Sr. Deputado Ricardo Vale pelo debate extraordinário, brilhante, pelo Projeto de Lei nº 445 e pela oportunidade da reformulação dessa lei. Agradeço todos os senhores secretários, todos os músicos e musicistas aqui presentes, toda a população de Brasília aqui presente, donos de casas noturnas, empresários da cultura de Brasília.

Nós do Movimento de Valorização do Músico agradeceremos a oportunidade de estar aqui representando o músico, representando a profissão do músico e, sobretudo, toda a esperança e todo o sonho de cada um dos músicos do Distrito Federal por uma cidade melhor, por um mercado de música melhor, por uma condição social e política melhor para o profissional da música.

Nós acreditamos que a reformulação da Lei do Silêncio traz uma equalização, um equilíbrio e uma harmonização dentro de todas essas questões que envolvem o trabalho com a música em todo o Distrito Federal, assim como o direito ao descanso, ao silêncio, o direito ao sossego, porque nós vemos que os níveis de decibéis que a lei anterior impõe são praticamente impossíveis de serem aplicados, principalmente se considerarmos a questão da vida cultural, dos *shows*, dos eventos culturais que acontecem em Brasília.

Quando você pensa em 55 decibéis, o que vocês imaginam com 55 decibéis? A gente tem aqui um decibelímetro que pode medir e, nesta sessão, durante as falas, tivemos 80 decibéis, 75 decibéis. Então, nós vemos que é praticamente impossível. Com o advento da industrialização, com o advento da tecnologia, nós temos os níveis de decibéis se alterando o tempo inteiro, com os aviões, com os carros, com os barulhos que acontecem nas ruas. Enfim, até mesmo com a natureza, com os pássaros. Então, são níveis inaplicáveis. É um absurdo isso.

Eu acho que a sociedade como um todo que defende essa lei atual perdeu a sensibilidade do absurdo porque não é possível o nível de 55 decibéis. Nós temos o líder das comunidades aqui que fala sobre essa questão do sossego, da saúde do sono, que é de 30 decibéis. Será que alguém consegue ter 30 decibéis em casa? Será que o seu vizinho do lado da sua casa consegue manter 30 decibéis? Não vamos pensar em bares, não vamos pensar em casas noturnas com *shows*, vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	35

pensar no seu vizinho. Você acha que, quando você está dormindo, você está conseguindo ter 30 decibéis com o seu vizinho, que assiste televisão, que fala com a esposa, que fala com o filho, com os jogos eletrônicos e outros ruídos? Aí, sim, ruídos. Claro que não. Óbvio que não.

Então, essa lei é um absurdo, e as pessoas estão perdendo a sensibilidade do absurdo. Será que não dá para enxergar que não é possível aplicar isso? Vejam bem, um músico, uma banda, trabalha praticamente durante três dias na semana, quinta, sexta e sábado à noite, num período de duas horas. É impossível fazer um show em 55 decibéis, seja através de uma banda, seja através de um *show* acústico com violão e voz. É impossível. Você pode medir de qualquer lugar que você quiser.

Portanto, vejam bem, o carnaval de Brasília existe durante quatro dias. O choro nas ruas, o samba nas ruas acontece nos domingos à tarde, geralmente. Por que não pode haver uma tolerância? Por que as pessoas não têm o coração aberto para a alegria, para a diversão, para o amor? A música existe para unir a pessoas, a música existe para divertir as pessoas, a música existe para trazer paz, para trazer alegria, para trazer êxtase. E Brasília está se tonando uma cidade absolutamente fechada para toda e qualquer forma de diversão. (Palmas.)

Vejam bem, nós tivemos perda de centenas de casas noturnas: fechadas, multadas. Nós tivemos uma quantidade muito grande de perda de oportunidade de trabalho. E os músicos de todo o Distrito Federal e Entorno não têm nenhuma representação social e política para a profissão músico, nós não reconhecemos o atual Sindicato dos Músicos do Distrito Federal e não reconhecemos a Ordem dos Músicos do Brasil, somos um pequeno barco à deriva em um oceano de incertezas. As necessidades por que passam os músicos no Distrito Federal e no Entorno atingem a calamidade, atingem a miséria, nós não temos representação política, fomos perseguidos pela Ordem dos Músicos do Brasil, punidos, não temos nenhuma representação por parte do sindicato, não temos benefícios, não temos assistência médica, jurídica, odontológica, não temos nenhum tipo de processo evolutivo, seja social, seja político, por parte dessas instituições e órgãos.

E, além de sermos perseguidos, vivemos em péssimas condições de trabalho, vocês ainda querem acabar com as casas noturnas, com as casas de *shows*, com os *pubs*, com as casas que promovem eventos, tirando-nos as poucas oportunidades de sobrevivência através da profissão da música? Pelo amor de Deus, gente! Quero chamar a atenção de cada um de vocês que são moradores, que são prefeitos de quadra: vamos abrir os corações de vocês.

O governo bate no peito e diz que Brasília é a capital do *rock*, que Brasília é a capital do choro, assim como a população em geral se orgulha de dizer isso. Nós projetamos uma quantidade expressiva de bandas no cenário nacional na década de 80, na década de 90, estamos projetando uma quantidade expressiva de instrumentistas em toda a mídia do Brasil, inclusive do mundo! Vocês querem acabar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	36

com este celeiro, com este fomento extraordinário de grandes gênios da música que é Brasília?

Eu gostaria de solicitar uma reflexão a cada um de vocês! Nós, músicos, artistas, donos de casas noturnas, proprietários, empresários de restaurantes e de casas de cafés culturais, não queremos acabar com o sossego de todos, com o direito de dormir ou com o direito de paz, até porque nós precisamos disso. Agora, não dá para entender uma lei absurda dessa que nos tira a condição de trabalhar nos espaços físicos de Brasília, com níveis de decibéis tão baixos.

Vale lembrar aqui que Lucio Costa, que é o nosso grande gênio urbanista, criou o plano urbanístico original da cidade, a planta urbanística original da cidade, que previa música nas quadras comerciais de Brasília, e Brasília é uma cidade toda setorizada, tem as siglas muito específicas. Então, Setor Comercial Norte é Setor Comercial Norte, é comercial, Setor Comercial Sul é Setor Comercial Sul, é comercial. Então, as pessoas que moram em cima dos bares, dos restaurantes precisam entender que ali existe o direito de haver comércio e música ao vivo, elas precisam entender isso, é preciso ter tolerância. Percebem?

Entretanto, citando aqui a questão do Coronel Vasconcelos de que a lei não vai equilibrar e que a Secretaria de Estado de Segurança Pública está fazendo de tudo para colaborar, acho que é preciso também refletir, e vou deixar a reflexão com o coronel e com a Secretaria de Segurança Pública, sobre a forma como tanto a PM, quanto a Agefis e o Ibram estão atuando nos bares. É uma forma absolutamente truculenta, agressiva, usando de meios errados para fazer a aferição das frequências sonoras e atuando os bares de forma muitas vezes errada. Nós temos milhares de reclamações, está aqui a Fernanda, do Quem desligou o som?, que tem dados sobre isso.

Outra questão. Já que a lei é para todos, Sr. Coronel Vasconcelos, eu gostaria que a Polícia Militar, a Agefis e o Ibram, toda vez que houvesse um *show* lá no Estádio Nacional, fossem lá multar o Wesley Safadão e as duplas sertanejas, porque eu moro do lado, moro na 702/703 Norte, e a música do Wesley Safadão invade a minha casa. Quando eu ligo para a Polícia Militar, quando ligo para a Agefis, quando ligo para o Ibram, eles não vão lá multar. Por que não vão lá multar os produtores, por que não vão lá multar os empresários que estão fazendo esses eventos? Acho que a lei tem que ser para todos. Penso, sobretudo, que essa lei atual é absurda, é abjeta, não tem condição de ser aplicada de forma justa, equalizada e equilibrada, vai gerar os distúrbios que gerou, vai gerar todos os problemas que tem gerado até os dias de hoje.

Então, com relação a uma coisa que foi citada por outras pessoas nesta Mesa, nós não podemos perder os espaços culturais que temos, nós temos é que ganhar os espaços culturais, nós não podemos perder os que já existem, nós precisamos respeitar o plano urbanístico original da planta do Lucio Costa. A nossa cidade e a planta original do Lucio Costa são tombadas pelo Patrimônio Histórico da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	37

Humanidade. Uma lei distrital, primeiramente, tem que respeitar a planta original. Isso é um desrespeito à estrutura da Capital do Brasil, da criação de Brasília.

Pessoal, eu queria finalizar minha fala fazendo um apelo a todos os Deputados aqui presentes. Eu queria dizer a todos vocês: por favor, apoiem a reformulação da Lei do Silêncio através do Projeto de Lei nº 445. Se não fizermos essa reformulação, nós estaremos declarando a morte da cultura e da música em Brasília, o desemprego e a queda da economia do Distrito Federal.

Então, por favor, apoiem o PL nº 445.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Engels.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Sindicato dos Músicos do Distrito Federal, Sr. Lourin Roosevelt. Só estão faltando mais três autoridades e, após, passaremos aos sete inscritos da plenária.

SR. LOURIN ROOSEVELT – Em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Presidente da Mesa, Deputado Ricardo Vale, pela excelente iniciativa.

Senhoras e senhores, a Lei do Silêncio pouco adianta explicar a quem não quer entender. A atual Lei do Silêncio proíbe a realização de atividades importantes para os cidadãos de Brasília. A mais evidente, que nos aflige, é a execução de música ao vivo em bares, lanchonetes, cafés e similares, parte de uma importante tradição musical no Distrito Federal. Os bares da vida da Capital mostraram ao Brasil grandes revelações como Jessé, Oswaldo Montenegro, Cássia Eller, Ellen Oléria, atualmente, e muitos outros.

Nada do que eu vou dizer aqui vai ser novidade, porque todo mundo já falou diversas vezes. Vou apenas repetir. A Lei nº 4.092, em seu art. 27, diz que as normas relativas aos sons e, entre aspas, ruídos – porque os ruídos não se enquadram na música – devem ser revistas a cada dois anos. Tal revisão, porém, nunca foi realizada, tampouco foram feitos estudos ou levantamentos sobre os impactos dessa norma sobre a atividade econômica e cultural.

No ano de 2010 houve uma receita recorde de 73 bilhões, segundo os cálculos da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, que reúne 1 milhão de estabelecimentos em todo o País, 2,4 do PIB – Produto Interno Bruto brasileiro e quase 40% do PIB do turismo. São os bares e restaurantes que a comunidade quer fechar.

O IBGE revela que, no mesmo ano, o DF contava com mais de mil unidades de alojamentos e alimentação, incluindo hotéis, restaurantes e similares, que empregaram cerca de 50 mil pessoas com salário médio mensal de 1.600 reais.

Atualmente, existem no Distrito Federal 10 mil e 100 casas. Quer dizer, não existe mais isso, porque, do ano passado para cá, foram fechadas, segundo estatística dos restaurantes e bares, quase 2 mil casas. Então, são 8 mil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	38

estabelecimentos. Fizeram mais de 100 mil empregos diretos e indiretos. Geravam, não é, porque, com menos 2 mil, vão gerar um pouquinho menos.

Nenhuma lei no Brasil é tão restritiva. A aplicação da Lei nº 4.092, de 2008, vem acarretando graves prejuízos para os estabelecimentos que executam música ao vivo e também aos ouvintes da boa música brasileira – por conseguinte, a toda a cultura. A simples conversação dos frequentadores, segundo as medições apresentadas, atingem o limite, causando multas, cassação de alvarás e fechamento de estabelecimentos, atingindo frontalmente o setor citado.

Isso é proibição do falar. Você não pode falar porque você atinge o limite. Não pode conversar. Você vai para um bar, tem que ficar caladinho lá, tomar a sua birita bem quietinho e sair do bar, senão a AGEFIS – Agência de Fiscalização chega lá e multa, e as multas são de 20 mil, 5 mil, 10 mil. São multas astronômicas.

A respeito de inconstitucionalidade, que foi citada aqui pelo nosso representante dos moradores na Mesa, essa lei em vigor, a Lei nº 4.092, de 2008, infringe a constitucionalidade da livre manifestação religiosa. Ela proíbe o toque de sinos na cidade. Não é só isso. Nós também temos inconstitucionalidade quanto à livre expressão artística, o direito ao trabalho, o exercício da profissão. A inconstitucionalidade na Lei nº 4.092 é fantástica, tem cinco ou seis casos que poderiam ser citados. É um rodo de inconstitucionalidade.

Para finalizar a minha participação, a música é parte da nossa cultura, é uma linguagem de expressão constitucionalmente livre – art. 5º, inciso IX, da nossa Constituição, recentemente utilizado na Corte Suprema. O Supremo Tribunal Federal julgou, no parecer de um ministro, que a profissão do músico não causa – prestem bem atenção – lesividade, não causa nenhum mal a ninguém. Foi a Suprema Corte do País.

Nós queremos e precisamos de tolerância, consciência e harmonia entre as partes, mas, se preciso for, ergueremos da justiça a clava forte e não fugiremos à luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Roosevelt.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do SECHOSC – Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares do Distrito Federal, o sindicato dos garçons, Elesbão Ferreira Oliveira.

SR. ELESBÃO FERREIRA OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado Ricardo Vale, e parabenizá-lo pela iniciativa dessa audiência pública aqui sobre um tema que, como já foi falado, tem penalizado o empreendedor e o trabalhador. Eu posso dizer o quanto, porque nós temos feito muitas homologações. Mas o que mais assusta a gente não é isso. Porque era normal a rotatividade de homologações no nosso sindicato, mas hoje nós ficamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	39

assustados não com o número de empregados que perderam seus empregos, mas com o número de empresas que fecharam, conforme já foi falado aqui.

Gente, quero dizer que essa iniciativa do Deputado vem de Deus, porque, Deputado, é para ontem a revisão dessa lei. Eu estou com uma esperança, porque já participei de outros debates aqui, de outros assuntos, em que eles eram discutidos no último momento antes de uma próxima eleição. Hoje nós estamos discutindo esse assunto tão importante para a sociedade com tempo. Tenho certeza de que vamos buscar um consenso para haver um equilíbrio no assunto.

Posso dizer, conversando com os meus colegas, a diretoria do SECHOSC – Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Restaurante, Bares e Similares do DF, que hoje, por consequência, não vou dizer que é 100% o motivo das demissões, dos fechamentos das empresas, seja a música, mas é um percentual de mais ou menos 60%, 70%. E hoje, por consequência disso, uma das funções mais difíceis que tem é qualquer coisa. Porque aqueles que estão sendo desempregados chegam lá em busca de um apoio, de uma ajuda, para outra localidade, em outra empresa, e chega e diz assim: “Oliveira, eu aceito qualquer coisa!”. E essa qualquer coisa não tem! Hoje, é uma das funções mais difíceis.

Eu quero dizer que a música é uma das coisas mais importante no setor cultural. Olhando para esse livro aberto aqui, faz-me lembrar de que, o primeiro rei da história, do povo de Israel, era o Rei Saul, e ele perturbado e o que o alentava, acalmava, era a música, através de Davi. Então, para você ver a importância da música na sociedade.

Quero dizer também que os companheiros músicos, empresários e trabalhadores, se fosse aqui: “Olha, o músico perdeu o seu emprego; o trabalhador, o garçom perdeu o seu emprego; o empreendedor deixou de vender!” Então, isso acarreta uma coisa que vai gerando uma bola de neve. Agora, o alvo não é esse que está sendo prejudicado – Deputado, precisa que seja o mais rápido possível – porque o alvo é a família de cada um, é aquela criança que está lá sem o seu pão de cada dia. Isso é que tem que ser visto na sociedade! Seja não olhar quando se trata de saúde, tem saúde mais precária. Porque hoje você vai a um hospital e não tem atendimento, você vai a qualquer lugar e o povo está à deriva! Mas quero focalizar esse ponto, a saúde da fome, daquele que está perdendo o seu emprego, o garçom, o músico, e prejudicando até aquele que gera o emprego, que é a empresa. Mas a consequência maior está lá no lar de cada uma dessas pessoas, que é a criança! É a família!

Então, meus amigos e Deputado, se tem mais algum Deputado aí, faço um apelo: que sejam breve para resolver! Se tem que alterar a situação, que sejam breve!

E parabéns, Deputado. Não vou me alongar muito porque já foi falado. Uma das áreas mais importantes... Também tenho um filho que é músico, professor de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	40

música na fundação, até gostaria que ele... Ele queria vir hoje, mas não foi possível, para fazer presença aqui.

Quero dizer que o efeito maior está sendo no lar de cada um. É triste! Hoje mesmo, eu cheguei atrasado aqui porque estava tratando de mais uma casa, que é tão antiga, há mais de trinta anos, e hoje chegou lá e "Estou fechando". Para quem conhece é o Dragão ali no Setor de Diversões Sul. Fechando mais uma casa. Então, quantas famílias estão deixando de ganhar o seu pão de cada dia.

Então, meus amigos, e Deputado, mais uma vez parabéns. E que esta Casa possa tomar consciência e parabenizar. Creio, Deputado, que sua iniciativa Deus irá abençoar e nós vamos ter essa vitória. Eu agradeço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Elesbão. A iniciativa é nossa, não é minha não.

Concedo a palavra, agora, ao Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Sr. Rodrigo Freire.

SR. RODRIGO FREIRE – Boa noite a todos. Eu queria, primeiro, parabenizar a iniciativa do Deputado Ricardo Vale. Belo o discurso aqui do nosso Presidente Elesbão Oliveira, do Sindicato dos Garçons do Distrito Federal, não só dos garçons, mas de todos os funcionários de bares e restaurantes.

Eu acredito que a gente esteja em um momento muito delicado da economia como um todo. Em um momento desses, em países desenvolvidos, a gente não cria guerra entre comunidade: setor produtivo, empregados, parceiros colaboradores como os músicos. Todos deveriam estar de mãos dadas em busca de uma cidade melhor. O sindicato – tanto laboral como patronal – tem tentado nesse momento estar de mãos dadas. Vemos a comunidade aqui presente e lamentamos não estarmos com um discurso um pouco mais num sentido único, porque sabemos que esse projeto foi criado por uma casualidade de um bar realmente irresponsável que extrapolou todos os limites, lá em 2008; virou notícia. Como sempre, aqui no Brasil, uma casualidade, um problema particular, específico, dá origem a um projeto de lei que, de repente, pega todo mundo que está certo, envolve um monte de outros setores e de outras pessoas da sociedade.

Primeiro, eu queria falar de um assunto. A maioria já saiu do grupo de trabalho do governo, mas eu queria dizer que a norma do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente, não se sobrepõe à lei, como a Fernanda falou, de forma alguma. Na verdade, eu acredito que, se um projeto tivesse de ser questionado na sua constitucionalidade, deveria se o projeto atual. O Ministério Público deve atuar em nome da sociedade e não de poucas pessoas. (Palmas.)

Então, a gente, como associação, como sindicato, não pode defender bares irresponsáveis, bares que extrapolam os limites. Sabemos que existem esses casos e não vamos defendê-los. Sabemos que existem poucas pessoas da comunidade que também são intransigentes e que, muitas vezes, chegam em algumas audiências





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	41

públicas de uma forma agressiva, desrespeitosa, com músicos, com empresários. Eu queria dizer que os empresários praticamente fazem a máquina pública funcionar junto com os funcionários que pagam os impostos. Quem paga imposto no Brasil são os funcionários e os empresários que produzem neste País.

Eu queria dizer que a gente deveria seguir no caminho do consenso. Eu não tenho dúvidas de que essa lei que existe é inexecutável. Como o Deputado falou: A gente pode ir para qualquer... Acho que o Jael falou que uma vez fez uma visita ao Ibram e viu o mapa dos decibéis na cidade; Eixinho, 75 decibéis,... Foi vendo em toda a cidade. Em todos os lugares, todos ultrapassam a marca de 70 decibéis. Então, a gente sabe que o projeto é totalmente inexecutável. O importante é que a discussão com a sociedade tem de haver.

Estamos aqui hoje, neste evento, mostrando que existe uma minoria que quer que fique, existe uma maioria que quer que mude, e outra que não está nem se importando com o problema, mas a gente precisa alterar essa lei, porque os órgãos sempre vão alegar que são obrigados a fazer e agir perante a lei. A única solução para a gente hoje é aumentar os decibéis e mudar a forma de fiscalização por parte do Ibram.

Eu parableno novamente. Eu queria agradecer a presença do Elesbão, dos nossos diretores Tales, Mauro e de todos os músicos aqui presentes representados pelo nosso maestro Rênio Quintas. São pessoas que foram citadas, de altíssimo gabarito, que mostram a importância dessa iniciativa do Deputado. E eu gostaria de pedir o apoio dos demais Deputados da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rodrigo.

Passarei a palavra ao Deputado Joe Valle. Em seguida, ao Rênio, a última autoridade.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde e boa noite a todos. A turma aqui é bem resistente. Deputado Ricardo Vale, eu quero começar essa minha fala, porque eu tenho acompanhado esse processo – eu estou voltando à Câmara Legislativa nesta semana –, parableno V.Exa. não necessariamente pela construção como um todo, mas eu acho que a democracia a gente constrói assim. V.Exa. tem feito um trabalho extremamente republicano, o tempo inteiro chamando as pessoas para o diálogo. E quando há diálogo, a gente avança.

Eu quero dizer a vocês que eu estive agora como secretário do trabalho nesta cidade. É uma secretaria bem maior do que só o trabalho, mas eu estive como secretário do trabalho desta cidade. E nós estamos vivendo um momento de uma dificuldade em relação à nossa cidade pela crise de credibilidade institucional por que passamos. As pessoas não acreditam mais em nada. Ninguém acredita mais em nada. Isso é um perigo enorme para a democracia. Mas nós vivemos um momento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	42

em que estamos com mais de 300 mil pessoas desempregadas na cidade. Aí eu quero construir um raciocínio com vocês, com todas as pessoas.

Eu tenho visto técnicos, cidadãos, empresários do setor produtivo da área de serviços de restaurantes e bares e tenho ouvido todos. E num determinado momento, todos têm razão. Num determinado momento, nenhum tem razão. Então, a busca desse diálogo e a construção desse processo em que estamos, para tenhamos um setor produtivo pujante, até porque eu acredito que Brasília tenha capacidade e condição de se transformar numa *broadway* brasileira com a economia criativa sendo a locomotiva do nosso trabalho, essa lógica dessa discussão é extremamente importante e rica, Deputado Ricardo Vale. Por isso, eu estou fazendo essa colocação aqui e fazendo esse elogio a V.Exa. como um Deputado que é bastante atuante, que tem feito um trabalho com muita seriedade. Eu acredito que nós vamos avançar. Eu acho que com o trabalho dessa discussão que está acontecendo nesta Câmara Legislativa e a lei que está colocada, os substitutivos, as emendas, nós vamos avançar. Eu acredito que a gente avance. Por um lado, avance fazendo com que a gente consiga que a economia criativa floresça na nossa cidade, mas também que a gente avance. Eu estava vendo agora o Rodrigo falando que a sociedade, e a economia que é composta por esse setor produtivo, também tenha o entendimento necessário de que nós temos que tratar de forma desigual os desiguais para não cometer injustiça. Quando se tem essa maturidade do setor e a maturidade da sociedade, eu não tenho dúvida de que o acordo vai acontecer.

Eu quero aqui dizer que vocês, setor produtivo, contem comigo para, de uma forma madura e sóbria, tomar essa decisão junto com vocês, que não vai ser fácil porque há muitas pessoas com quem eu discuto e, muitas vezes, tenho dado razão a elas, que são cidadãos desta cidade e que estão achando o maior terror do mundo aumentar esse 70 para 75 decibéis. Eu tenho muitos amigos.

Eu quero discutir de uma forma clara, tranquila, para poder tomar uma decisão acertada que vai ser boa para Brasília, transcendendo a questão pessoal, individual, local e até a minha opinião pessoal por um processo que está sendo discutido de forma democrática e republicana.

Eu vejo que, neste momento, a Câmara cumpre o seu papel. Eu vejo, neste momento, a importância do Legislativo do Distrito Federal. Nós estamos passando por uma crise enorme, mas, agora, aqui, nós estamos sendo importantes no papel que o Legislativo pode fazer.

Então, eu quero dizer a vocês que o embasamento que nós Deputados estamos tendo para tomar uma decisão avançou muito. Ele avançou. Quero dizer a vocês que, no nosso entendimento, está chegando a hora da tomada de decisão porque já há elementos que vão nos favorecer a tomar uma decisão que seja a melhor para a cidade. Tenham-me como um Deputado que está indeciso, mas a minha passagem pela secretaria do trabalho, meu conhecimento do setor, ajudam-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	43

me a, neste momento, ter um discernimento melhor para uma tomada de decisão. (Palmas.)

É preciso que a gente avance nesse processo, Deputado Ricardo Vale, com outros Deputados, logicamente, para ser uma decisão nominal na hora da votação da lei. Que seja uma votação nominal para que a gente possa assumir as responsabilidades. Essa é uma lógica importante que a gente precisa construir porque o Legislativo é isso, é chegar, depois da exaustão do diálogo, a uma decisão que possa ser implementada por toda a sociedade.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JOE VALLE – Nominal é aberta. É assim: “Deputado tal; voto tal”. (Palmas.) Essa é a lógica com que a gente quer trabalhar.

Essa decisão vai ser tomada aqui assim. Que a gente possa construir isso juntos, levando em consideração todo esse período, todas essas horas gastas aqui nesta discussão democrática e republicana. Contem comigo para construir e conseguir tirar esse processo do Flamengo x Corinthians. FlaxFlu não, porque eu sou Fluminense (Risos.) Eu tenho até uma queda pelo Flamengo, mas sou Fluminense.

Então, eu quero construir isso dessa forma com vocês para que a gente possa ter a tranquilidade da decisão. Parabéns a todos que estão aqui até este momento. Parabéns a todos os cidadãos desta cidade e a esta discussão republicana que está acontecendo nesta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Joe Valle. Tenho certeza de que V.Exa. já vem contribuindo muito para esse debate e vai tomar uma decisão coerente e levando em consideração tudo isso que V.Exa. colocou. Tenho certeza de que V.Exa. vai ajudar a gente a alterar essa lei.

Concedo a palavra para o representante do Fórum de Cultura, excelência da cultura, Sr. Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Muito obrigado, Deputado. Eu vou pedir licença agradecendo a você e já o parabenizando, mas eu quero cumprimentar toda a Mesa em nome da Fernanda Pacini, que é nossa representante feminina, representando a beleza aqui. Em nome dela, eu cumprimento todos.

Quero dizer o seguinte: eu percebo que, nessas faixinhas que estão ao alcance dos nossos olhares aqui, há uma flagrante falta de identificação do que significa essa discussão. Nós estamos defendendo a mudança imediata desse diploma legal, e somos comunidade de Brasília também. Nós representamos uma parte da população importante e economicamente ativa. Parece que, quando se fala de comunidade, fala-se de algo ao qual nós não pertencemos. Nós pertencemos à comunidade, nós somos comunidade. Parece que eu não moro, o artista não mora. Ele deve ficar em algum lugar entre o céu e o inferno, porque ele não mora. Ele não é perturbado pelos ruídos das buzinas, pelos lixeiros que passam às 3 horas da manhã, pelos ônibus que passam fazendo barulhos horrorosos. Ninguém interdita os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	44

ônibus, ninguém para o lixo, mas vai ao bar e fecha a música. Temos que estar atentos a isso.

Outro detalhe importante é a questão da saúde. A falta de saúde mental que estamos sofrendo, a nossa sociedade está doente, gente. E não é por causa do barulho. A nossa sociedade está doente por causa da violência e da falta de amor, o que é refletido pelo que faz a arte. A arte e a cultura têm no seu cerne, no seu coração justamente a capacidade de integrar e de interagir. Quando se fala de saúde, que é prejudicial à saúde... O senhor aqui falou de forma completamente inadequada e inoportuna em relação a essa questão, sem perceber que atrás dessa lei – uma lei inconstitucional, porque foi aprovada no apagar das luzes de dezembro de 2008, sem nenhuma discussão com a sociedade – está um tema com essa periculosidade que nós estamos vendo agora, profundamente prejudicial. Não é nenhum tipo de demagogia ou de gastar palavra. Ela está prejudicando o tecido mais fragilizado da sociedade: os trabalhadores da cultura, tanto aqueles que trabalham servindo ao público, como a nós que trabalhamos com a parte artística. Então, há um prejuízo generalizado.

Como é possível alguém defender uma doença, como é essa lei? Eu conversei com o Deputado Chico Vigilante, que levantou a hipótese de que ele seria... Eu falei: "Deputado, o senhor não pode ser o artífice dessa lei, e eu sei por que o senhor não a apresentou". Essa é uma lei doente. O princípio de uma lei é a isonomia de um processo, no qual tem que haver o natural conflito que existe na sociedade. Nós vivemos com um Parlamento, e ele tem importância. Aliás, eu reitero aqui que é fundamental esta Câmara Legislativa. Não podemos nunca chamar esta Casa de casa do espanto ou de coisa horrorosa, porque as coisas acontecem aqui e há distorções. O Parlamento é fundamental, vamos trazer a sociedade ao Parlamento e discutir as nossas dificuldades de convivência.

Nós estamos vivendo exatamente o momento mais importante em que o Parlamento funciona: o de falar, de poder conversar quando há conflitos de interesses, e esse é um óbvio conflito, só que ele tem o viés do autoritarismo, de uma lei que foi formulada de forma dissimulada, sombria, escandalosa, abjeta, escabrosa. Essa lei não existe. Se uma lei não prevê um olhar da sociedade, se ela não atende, já é uma lei inconstitucional. Ela não atende e está violentando o meu direito de trabalhar. Eu passei a ser um criminoso ambiental, ao empunhar meu violão e tocar.

Estávamos tocando, a polícia chegou, o Bope chegou, eram 19 horas. A polícia chegou dizendo que alguém reclamou porque se estava tocando ali um som de violão acústico. Um violão acústico, batido com pegada, realmente extrapola. Meu amigo, ele chega a 90 decibéis. Então, essa lei é uma violência ao fazer artístico. É uma violência. O meu amigo ali, que eu saiba, ele toca piano e o filho dele toca saxofone. Simplesmente seria uma agressão ao ouvido, pois a exacerbação de um sax chega a 80, 90 decibéis. Estamos lidando com uma coisa absurda e draconiana, de um diploma legal que tem que ser superado, e não dá para esperar nenhuma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	45

proposta de lugar nenhum, Deputado Ricardo Vale. Eu acho que o momento, agora, é a gente partir para a votação. Vamos botar a sociedade aqui dentro, e vamos à votação. Faremos as modificações que forem necessárias, para que haja convergência de interesses. Esses conflitos, nós estamos com eles há quanto tempo? Dois anos. Esse sentimento de FlaxFlu que a gente tinha em um primeiro momento, de Flamengo e Corinthians, isso acabou.

O momento aqui foi exacerbado porque determinadas declarações passaram do limite, mas a gente não quer prejudicar ninguém. Como o Engels falou, a gente não quer perturbar o sossego alheio, não quer extrapolar nem avançar sobre o direito de ninguém. A gente quer ter o direito de exercer o nosso trabalho como artista, os garçons exercerem os seus trabalhos, os donos de estabelecimentos fazerem o seu empreendimento, serem bem-sucedidos e servirem bem à sociedade, a essa comunidade. É uma minoria, eu tenho certeza, que tem essa postura intolerante.

O Café das Senhoritas foi multado em 20 mil reais depois de fazer o lançamento de um livro. Não tinha música, fez o lançamento de um livro. Meu amigo, você está multando por quê? Porque um morador reclamou, houve muito barulho aqui. Você deve ter feito um *rock and roll* aqui. Ele falou: “Não, eu fiz o lançamento de um livro”. O Ibram multou por quê? Foi lá e multou em 20 mil reais, porque ele fez o lançamento de um livro. Não tinha música. A gente sabe, já se discutiu isso de forma bem desgastante, que existe um olhar, um viés que empena a coisa para o lado da música, porque a música é mais fácil de cercear.

Eu faço um apelo ao Deputado Joe Valle e a todos os Deputados que passaram aqui – eu sei que vão tomar conhecimento –, para que o projeto seja colocado em votação, independente dessa importante contribuição – pode ser que o Executivo venha dar – que, em princípio, seja adequada à lei que está aí, que está pronta, discutida e debatida durante dois anos. Então, creio que é o momento de colocar o PL em votação aqui em plenário, e as coisas que forem necessárias, a gente faz no calor da hora, e vai se aprimorando, porque o que nós temos hoje é uma excrescência legislativa que precisa ser superada.

Muito obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Nós vamos abrir agora para a Plenária. Temos seis inscrições, e pelo tempo regimental, o próprio relógio marca três minutos. É um tempo curto, mas queremos muito ouvir aqui, evidentemente, as pessoas, as autoridades principalmente do governo, que dizem ter contribuição a dar. Vamos dar um prazo para que o governo apresente. O debate já foi feito, vamos colocar para votar. O projeto será colocado em votação, e aí vai da consciência de cada Parlamentar, vai da construção que ainda dá para fazer até o dia da votação. Nós vamos dar esse prazo, talvez de duas semanas, já que os secretários me adiantaram que está tudo pronto: as ideias, enfim, mas que sejam coisas para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	46

melhorar o projeto. Que sejam coisas para avançar, não para regredir; que sejam coisas que não venham ser mais conservadoras do que já é essa lei atual.

Concedo a palavra ao Professor da Universidade de Brasília, Sr. Frederico Flósculo.

SR. FREDERICO FLÓSCULO – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Boa noite a todos, é uma honra estar aqui, é um prazer falar a vocês muito rapidamente. Sou Professor da Universidade de Brasília, na área de Arquitetura e Urbanismo, e tenho feito o trabalho de extensão, de apoio às entidades de comunidades, dos conselhos de moradores da Asa Sul, da Asa Norte, Vila Estrutural e outros lugares.

Eu queria dizer o seguinte: a nossa preocupação é muito grande, tanto na universidade, entre os urbanistas, como na comunidade, entre os moradores, quanto à conduta dessa nossa querida Câmara Legislativa.

A Câmara Legislativa está atravessando uma crise. O Deputado Joe Valle falou dela muito rapidamente, e é uma crise muito séria, uma crise de credibilidade. Isso envolve, inclusive, o projeto do Deputado Ricardo Vale, que nós queremos que seja um projeto representativo.

Infelizmente, o que nós temos aqui? É lamentável ver o quanto o Deputado Ricardo Vale está fazendo advocacia. É uma advocacia clara. Devemos respeitar os interesses dos donos dos bares, os interesses dos empregados dos donos dos bares. É interessante até essa relação de trabalhadores em que o capital e o trabalho estão tão unidos. Na verdade, os donos dos bares estão fazendo movimento e estão levando uma questão de poluição sonora para o lado da música. Estão colocando os músicos como bucha de canhão. Isso não tem nada a ver. A luta, na verdade, não é essa. A preocupação maior deve ser a constitucionalidade, e no momento da apreciação da lei, a base científica será utilizada. Os tribunais vão julgar essa lei e vão julgar a Câmara legislativa. Vão verificar que essa lei afronta a Organização Mundial da Saúde, afronta a ciência.

A gente não pode chegar a Brasília e descobrir que a nossa Câmara Legislativa quer reinventar a órbita da terra, a química do solo, as hemácias, reinventar o HIV, reinventar a saúde só porque há uma vontade política ou a vontade de um setor do empresariado.

Vamos ter problemas com isso, gente. A gente tem que montar uma lei sem advocacia parcial. Eu sou professor de uma disciplina chamada Advocacia Urbana. Nessa disciplina, eu ensino os estudantes a fazerem uma advocacia comunitária ampla, ouvindo todos os lados. Neste caso, os lados não estão sendo ouvidos. A comunidade de moradores não está representada. Em especial, eu estudo os problemas de saúde dos idosos. Eu sou um urbanista interessado nos idosos e na infância. Não estão representados. Quem está representado? O capital. Essa lei diz respeito ao capital.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Professor Flósculo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	47

Concedo a palavra à Sra. Gabriela Tunes, Consultora da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

SRA. GABRIELA TUNES – Boa noite. Eu tenho acompanhado essa movimentação. Eu e a Fernanda estamos, desde o começo, na luta para mudar essa lei, e a gente vê que o debate amadureceu a ponto de os argumentos já estarem todos colocados para quem quer e para quem não quer. Chegar a um consenso, eu acho que é impossível. Existem pessoas que não estão dispostas a ceder. Quem defende a lei atual não quer ceder em nenhum ponto.

Então, eu acho que tem que colocar para votação mesmo. Não dá para esperar mais porque as pessoas estão ficando desempregadas. O que eu vejo – e eu conheço muito o ambiente musical – é que está havendo uma desprofissionalização da atividade musical. Os cachês estão sendo reduzidos, claro, porque os músicos não têm mais onde tocar. Então, a lei da oferta e da demanda começa a operar e aí, o lugar que tem para tocar oferece qualquer cachê e os músicos tocam. Estão tocando de graça. Na maioria dos eventos que oferecem música, os músicos estão tocando de graça, e isso é desprofissionalizante. Isso empobrece demais a cena cultural, empobrece demais a identidade da cidade. A cidade não é feita de lei, ela é feita de gente, ela é feita de lugares onde as pessoas se identificam com eles. Nós precisamos nos enraizar nessa cidade, e a música e a cultura são fundamentais para isso. Na medida em que você tem uma lei que impede a manifestação cultural, a música como manifestação cultural, você desenraiza as pessoas da cidade e você vai matando a possibilidade de construção de uma identidade cultural, que é o que nós queremos aqui. Brasília é uma cidade nova, a gente precisa disso.

Eu queria falar mais uma vez sobre a questão da resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. É claro que a norma de um conselho não vincula lei, só lei tem força de lei. Isso está escrito na Constituição. Então, para uma lei ter força de lei, ela precisa passar por um processo legislativo, ela tem que ser aprovada na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Então, a resolução do Conama pode orientar, mas não vincula. Na medida em que ela traz problemas, como nós estamos vendo aqui há três anos, nós não temos obrigação de seguir a resolução do Conama. Ademais, a resolução do Conama não impõe penalidades a quem emite sons acima de 55 decibéis. A lei daqui pega uma recomendação de que na área residencial o limite de som seja 55 decibéis e transforma aquilo em contravenção. Então, tem um salto entre a resolução do Conama e a lei, e ninguém fala sobre isso. (Palmas.)

A resolução do Conama não diz que é crime você emitir som acima de 55 decibéis. A lei daqui coloca como uma contravenção e estabelece uma multa. Então, Deputado, por favor, coloque para votar, e vamos tentar resolver esse problema de uma vez por todas.

Para finalizar, eu acho que o projeto de lei pode ser melhorado, porque sempre poderá ser melhorado. Nós estamos numa situação limite. Nós precisamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	48

de uma solução urgente. Aprovevem o que se tem e aí, ao longo de dois, cinco ou dez anos – o tempo que for preciso –, a gente rediscute, só que, com as pessoas trabalhando, com os músicos tocando e os garçons empregados e os bares funcionando.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Gabriela. Chamo o Sr. Claudinei Fernandes, músico.

SR. CLAUDINEI FERNANDES – Boa noite a todos. Eu queria fazer uma saudação ao Presidente desta sessão, Deputado Ricardo Vale, a toda Mesa, aos servidores, aos taquígrafos que estão aqui e ao pessoal que ajudou a fazer todo esse evento. Eu acho muito importante esse momento, quando temos um *flash* democrático, com a participação da sociedade.

Como músico e apreciador dos bares de Brasília e das cidades satélites, eu acho que essa é uma discussão que o Deputado está proporcionando aqui para a ouvirmos os lados. Está certo que os ânimos se exaltam, mas é no processo de divergência que a gente chega a um acordo. Eu acho que esse foi um momento importante para a nossa sociedade como um todo.

Quero parabenizar, em especial, os músicos que estiveram aqui, o pessoal das bandas. Eu vou dizer: não temos aqui nem dez por cento da turma que está lá fora e que está diretamente ligada a esse processo.

Rapidamente – não vou usar a minha fala toda –, quero agradecer a todos que participaram desse processo e dizer que a cidade sai fortalecida, as pessoas saem fortalecidas. E mais uma vez: é na divergência que vamos encontrar um caminho. Para finalizar: Fora Temer.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Claudinei. Passo a palavra ao Sr. Pedro Vasconcelos, que vai falar pelos blocos de carnaval independentes. Por último, vai falar o Sr. Alex Paz.

SR. PEDRO VASCONCELOS – Boa noite a todos e a todas. Eu também vou ser breve, pelo adiantado da hora.

Eu gostaria de saudar o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa da audiência, num momento importante de reflexão sobre um tema tão relevante para a cidade de Brasília e para o Distrito Federal.

Primeiro, eu queria fazer um repúdio bastante significativo aqui à postura do Governo do Distrito Federal, que vem aqui, faz ameaças, se levanta e vai embora. A postura, especialmente do Secretário de Meio Ambiente, André Lima, que vem aqui, fala cinco minutos e diz que, se a lei for aprovada, o Ministério Público vai ser contra. Essa não é a postura digna de um representante do Estado nesta Casa. Deputado, não é uma postura digna. Nós estamos aqui até agora ouvindo todo mundo, inclusive, algumas asneiras que foram ditas aqui. Ouvimos todos os representantes





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	49

do Estado. O Coronel Vasconcelos também saiu. O Secretário Guilherme também saiu. Todos os representantes do Governo do Distrito Federal falaram e saíram. Ou seja, é uma postura antidemocrática. A audiência pública serve para as pessoas se escutarem. E aqui nós estamos querendo, sim, entrar em diálogo com o Estado, com os representantes do governo, que têm tido esta postura antidemocrática: não escutam, não conversam, estão prometendo um projeto de lei que nunca aparece.

É lamentável o Deputado Ricardo Vale dizer aqui que, daqui a duas semanas ou daqui a uma semana, vai por em votação, porque agora o governo vai apresentar uma proposta. Se esses quatro representantes estiveram aqui, por que diabos não apresentaram a proposta aqui, se nós passamos toda a tarde aqui prontos para ouvi-los? Então, ficaram aqui fazendo um monte de falas genéricas, dizendo que nós temos que chegar a um consenso, e ninguém do Governo do Distrito Federal apresentou claramente a sua posição aqui. Era isso o que nós esperávamos ouvir.

Então, quem não está contribuindo para esse diálogo e esse consenso amadurecer é o próprio governo, não é a Câmara Legislativa e muito menos nós representantes de todos os segmentos envolvidos nesta discussão aqui.

Segundo, entrando no mérito da discussão, eu queria dizer o seguinte: foi colocado aqui um argumento jurídico da inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 445 que simplesmente não tem nenhum cabimento, que é a ideia de que vai ferir a liberdade individual ou a individualidade das pessoas. Esse argumento não é válido nesta discussão aqui, porque, quando a polícia vai e dá uma jericá num jovem da periferia sem nenhum tipo de mandado, sem nenhum tipo de motivação, ela também está ferindo os direitos individuais. Quando acontece um conjunto de problemas causados pela própria ineficiência, ineficácia da gestão pública, os direitos individuais também estão sendo violados. Então, quer dizer, se alguém está fazendo música, está desenvolvendo atividade cultural num espaço público – porque não é dentro da casa das pessoas, é num espaço público –, aí nós estamos violando o direito individual? Não, esse argumento não é válido.

Já foi dito aqui em relação a essa questão da hierarquia do poder das leis. Como é que nós vamos desconsiderar o papel da Câmara Legislativa numa discussão como essa com base numa resolução do Conama? O Conama é um conselho, não é o Congresso Nacional. Se houvesse uma lei federal, nós estaríamos sujeitos a ela. Como não existe, nós queremos fazer uma legislação específica que atenda a necessidade da comunidade cultural do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Pedro Vasconcelos.

Concedo a palavra ao Sr. Alex Paz, Presidente da ARTISE – Associação dos Artistas de Sobradinho e Entorno.

SR. ALEX PAZ – Senhores, boa tarde a todos. Deputado Ricardo Vale, prazer em revê-lo. Senhores da Mesa, muito boa tarde. Deputado Roosevelt Vilela, meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	50

companheiro de muitos anos de música nessas noites de Brasília. Aos nossos amigos da Associação dos Artistas, obrigado por terem vindo aqui.

Eu vou ser breve, porque quase tudo já foi falado aqui. Mas uma coisa importante que eu estou lembrando aqui é que o Sindhobar fez uma pesquisa que está aqui nos panfletos que o Deputado Ricardo Vale lançou: mais de 14 mil ex-empregados estão todos ali na rua, desempregados. Não é isso? Catorze mil postos. Fora isso, centenas de bares foram fechados aqui nesta cidade. Tudo isso se reflete em quê? Que nós também estamos desempregados, eu e mais vários milhares de artistas aqui de Brasília.

Eu lembro que um filho meu se formou em Administração de Empresas e o outro em Engenharia aqui na UnB e posso dizer a vocês, com uma voz alterada, que eu os criei com a minha música. Hoje eu não posso dizer a mesma coisa. Hoje acho que os nossos filhos vão ser vagabundos amanhã, porque não temos dinheiro, não temos condições, não temos mais salário, não temos onde trabalhar. Então, isso implica uma situação de quê? Que eu, que sou artista, como não tenho salário, vou começar a roubar? Vou fazer o quê? Cadê a inclusão social? E meus filhos, como ficam? Será que vão comer? Desse jeito, se eu não tiver comida em casa, vou perder a esperança. Amanhã não vou poder nem amar nem viver nesta vida mais.

Então, prestem bem atenção: eu peço aos Deputados que, por favor, saibam bem que essa diligência é muito importante para nós, Deputado Ricardo Vale. A votação de vocês implica em voltarmos a sorrir nesta cidade, em termos alegria de sermos dignos, de podermos levar dinheiro para casa, para que amanhã os nossos filhos não sejam ladrões, como muitos que têm aqui em Brasília. Afinal, Brasília é uma das três capitais mais violentas do Brasil.

É isso aí, gente. Boa tarde a todos.

Deputado Ricardo Vale, continue com a sua proposta, porque nós vamos ganhar. Eu tenho certeza de que esta proposta não é uma proposta política, é uma proposta sensata, gente. É uma proposta em que temos de usar a razoabilidade, temos de usar bem o nosso pensamento, temos de usar bem a sensatez para chegarmos a um denominar comum, porque eu tenho certeza que as pessoas, a maioria, gostam de arte, gostam de cultura. A maioria! Algumas três, quatro pessoas na sociedade não gostam. É problema delas. Mas a maioria gosta de arte e de cultura.

Boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Alex.

Já vamos encerrar, mas antes quero agradecer a presença de todos e as contribuições, as ponderações de todos aqui presentes. Eu estou muito tranquilo com relação ao que eu estou fazendo aqui. Eu não trabalho para sindicato nenhum, sou oriundo do movimento social, sou um trabalhador, sempre fui assalariado e não presto consultoria a ninguém. Fui eleito para debater e tentar ajudar a resolver os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	51

problemas da cidade e vou fazer. Não tenho medo se as pessoas vão falar mal de mim, se eu vou ser eleito ou se não vou. Para mim, isso não tem importância nenhuma. O que temos de fazer é tentarmos resolver o problema.

Eu percebo que as pessoas que são contrárias à mudança da lei não aceitam tocar nisso aqui. Elas colocam esse projeto como se ele fosse a carta magna da cultura do País. Eu, pesquisando aqui, vi que foi uma lei de que não houve debate nenhum. Fizeram não sei onde. Segundo o Deputado Chico Vigilante me falou, foram uns técnicos, mas ele não me disse quem foram esses técnicos. Não houve uma audiência pública, não houve debate nenhum, não chamaram os donos de bares, não chamaram os artistas, não chamaram ninguém, não chamaram os Deputados. E aprovaram essa lei aqui na calada da noite. Foi no último dia de uma sessão aqui. E eu estou, há um ano e pouco, debatendo isso aqui em todos os setores, na imprensa, em entrevistas, em debates, em vários locais. Todos nós debatemos. Eu estou muito tranquilo, gente.

Quando os representantes do governo me pediram mais uma semana ou duas antes de eu colocar em votação, eu fiz questão de convidar os conselhos comunitários para participarem também. Se eles quiserem participar também... Porque acho que é o momento. Mas o projeto vai para votação. E eu não tenho problema se eu for derrotado. Eu vou trabalhar muito aqui nas próximas semanas para que ele seja modificado e aprovado. Mas, se eu for derrotado, terei cumprido minha missão.

Falei várias vezes para os gestores do governo, falei para o próprio Governador e falei para vários Deputados aqui que eu não tenho nenhum problema em tirar meu nome de projeto. Se quiserem, podem tirar o meu nome. Sentem com o governo e construam uma proposta que seja viável, que possa ter música. Pode ser uma lei exequível e não essa aberração que foi construída aqui. Isso aqui impede de ter música. E aí eu acho que todos têm de ceder um pouco. Nós já cedemos muito.

Para vocês terem ideia, quando pegamos a lei, eu falei para a Gabi e aos outros setores... Aliás, não foram os donos de bares, foram os músicos que me procuraram. Não foi nenhum dono de bar que me procurou nem sindicato de bares, foram os músicos. E, quando eu vi, eu falei o seguinte: desse jeito, não passa. Procuramos aqui a assessoria e fomos modificando, modificando e modificando. Na semana retrasada, nós conseguimos aqui uma coisa fantástica, que esta lei não atende. Aprovando-se a nossa lei, depois de meia-noite, bares, restaurantes, igrejas, para quem não tiver tratamento acústico, isolamento acústico, a lei vai proibir música depois desse horário. Isso é um avanço. A gente vai acabar com os barulhos provocados por bares e igrejas depois da meia-noite. Isso é um grande avanço. Então, há avanços. Isso foi, inclusive, de acordo com o Sindicato dos Bares e com o Sindicato dos Músicos. Muitos Deputados me pediram que a gente fizesse isso. Então, essa lei não é tão ruim assim, como os que não querem que haja alteração colocam.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2016	15h17min	ORD/COM. GERAL	52

Dá tempo. Eu vou deixar mais duas semanas. Garanto para vocês que vou atender ao pedido do governo, até porque a gente precisa dos Parlamentares da base do governo para aprovar isso. Acho que hoje já temos a maioria, mas é fundamental que vocês, que são desse setor, sejam músicos, sejam donos de bares, donos de restaurantes, pessoas que têm igrejas, venham aqui conversar e explicar que essa lei que estamos aprovando não tem nada de inconstitucional. Nada. Nós estamos flexibilizando os limites para 70, 75 decibéis, que é, eu diria, a questão mais importante na mudança da lei, e isso não é inconstitucional, pois, em vários estados, em vários países do mundo, são esses os limites.

É direito de quem contestar... Já teve gente do Ministério Público que veio contestar e falou: "Olhe, vai haver ações." Teve gente que falou: "Não. Isso aqui é extremamente legal. Deixe contestarem; a gente derruba." Então, é a democracia.

Estou muito feliz com mais esse debate. Eu já participei de vários, em tudo quanto é lugar que vocês pensarem, e cansei. Cansei. Não estou mais a fim de debater. Agora é votar e, se Deus quiser, mudar essa lei tão nefasta para a nossa cidade.

Agradecendo a presença de todas as autoridades do governo, dos representantes da sociedade civil e demais convidados, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18h52min.)